

Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE



Carlo
Carotenuto



Gilson
Padeiro



Grazi
Oliveira



Juliana de
Souza



Rafael Fleck



016ª CECE 20MAI2025

Pauta: Monitoria dos alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) nas escolas do Município.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): (14h05min) Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Juventude. Bom dia a todos e a todas, gostaria de citar a presença do Ver. Gilson Padeiro, nosso decano da comissão; da Ver.^a Grazi Oliveira; do Ver. Carlo Carotenuto; de imediato, gostaria de citar também a presença do nosso secretário municipal de educação, Leonardo Pascoal, que eu convido já para fazer parte da nossa Mesa; pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA, a nossa presidente, Carolina Aguirre; pelo Fórum de Entidades, o coordenador, Lino Morsch; saudar especialmente todas as entidades aqui presentes neste dia de chuva, essa mobilização de hoje, aqui na comissão, prova a importância do tema.

Nosso tema de hoje é a monitoria dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas do Município. Inicialmente, secretário, nós iríamos tratar o tema de uma forma mais ampla, através de todo o sistema municipal de educação. Iríamos incluir, então, as escolas próprias do Município, mas, num

debate interno aqui da comissão, nós entendemos por bem tratar, neste dia, somente das parceirizadas, deixar as escolas próprias, até porque já estão sendo atendidas pela Abess, mas já fica aqui o nosso registro, que nós vamos executar essa próxima reunião para tratar também do tema num segundo momento. Eu gostaria também de citar a defensora Paula Simões Dutra de Oliveira. Não sei se a defensora já se encontra aqui conosco. (Pausa) Não? Deve estar em deslocamento.

Bom, mas, secretário, nós debatemos aqui na comissão, várias vezes, com muitas pautas, e nós conseguimos chegar a um grande consenso... Não é, Grazi? E um tema hoje que está forte nas entidades é a questão dos monitores para os alunos com algum tipo de neurodivergência. Então, isso foi um debate já entre os grupos no Fórum de Entidades; eu estive no Fórum de Entidades, se não me engano, a última reunião, há duas semanas atrás, nós debatemos lá, Carol, e tratamos dessa reunião de hoje aqui na comissão. É uma pauta, não há dúvidas aqui, tanto pela CECE como também pelo Município e pelas entidades, que nós devemos ter monitores em sala de aula. O nosso maior desafio hoje é tentar chegar em um denominador comum para que as entidades consigam ter não só o conforto financeiro, mas ter as condições necessárias para fazer e conseguir realizar a inclusão em cima de várias demandas, não só as demandas judiciais, que hoje é um dos maiores problemas. O senhor vai poder escutar aqui as entidades, e são várias demandas agora, e que, às vezes, a SMED direciona lá pelo setor ou pelo assessor financeiro de forma diferente. Eu já vi notificação determinando a contratação do monitor de forma exclusiva, eu já vi decisão judicial determinando que a contratação seja de forma preferencial, então são vários modelos, e essas decisões e essas notificações que as entidades sofreram ao longo dos dias causou um certo transtorno entre as entidades, preocupação também, porque é uma questão financeira também, orçamentária das entidades, a gente sabe, não só das entidades, mas também do próprio município de Porto Alegre. Então, de início, secretário, eu gostaria de frisar que, no nosso entendimento, não está aqui se discutindo em nenhum momento se pode ou não pode, nós achamos e acreditamos que deve, então essa é a nossa

pauta. No dia de hoje, estava convidado a Abess e a ATEMPA, mas, por se tratar só das escolas parceirizadas, nós conversamos com as duas entidades e vamos agendar, Ver.^a Grazi, Ver. Carlo, Ver. Gilson, uma nova reunião para tratar desse tema.

Gostaria de dizer que o tema de inclusão é um tema que, com certeza, é um desafio para a família, a família tem o maior desafio de conseguir realizar a inclusão do filho, mas também as escolas, os professores. Eu sou um vereador que gosta de estar dentro das entidades, visito bastante as entidades, e tenho acompanhado também essa carga muito em cima dos professores. Os professores, muitas vezes, por não ter a formação adequada na área de inclusão também não sabem como agir. Então é muito mais amplo do que simplesmente contratar um monitor, até porque várias entidades, com certeza, vão relatar que há uma dificuldade hoje na contratação de profissionais para professor, para auxiliar, e se hoje tiver como política, e deve ter como política, a inclusão do monitor em sala de aula, nós vamos ter um problema muito grande de mão de obra. Então essa amplitude dos problemas não é simplesmente só uma decisão. Nós conversamos com o Dr. Daniel Englert, que é o juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude, e eu expus isso para ele: “Dr. Daniel, as entidades, os pais e mães demandam o Município, o Município, então, tem uma liminar deferida em seu desfavor, e, depois, o Município vai lá e oficia a entidade, e muitas entidades estão respondendo, porque lá no seu plano de aplicação não tem recurso para contratar mais um profissional, às vezes o plano de aplicação está muito enxuto e muito apertado para tentar contratar qualquer outro tipo de profissional”. Então, na maioria das vezes, Ver.^a Grazi, a medida judicial que foi impetrada contra o Município não está sendo efetivada. Então nós estamos com um problema, porque o Município não consegue cumprir, as famílias não têm o monitor, e nós acabamos desassistindo as crianças, os nossos alunos, por falta de previsão orçamentária. Então, seria basicamente esse o nosso desafio hoje, secretário, é tentar achar, e aqui nós estamos, acho que 99% da presença hoje aqui são de entidades, e o nosso desafio é construir, enquanto comissão, enquanto Fórum de Entidades, enquanto Município, a gente construir uma relação para conseguir

chegar a um fim e conseguir contratar os monitores de uma forma que fique muito bem contratado para as crianças, mas também preservando a saúde financeira das entidades e, por óbvio, também a saúde financeira do Município. Então, o nosso tema seria esse. Nós estamos ainda aguardando a defensoria, que deve estar se deslocando, ela estava em um evento.

Eu gostaria de iniciar, então, a nossa fala. Vamos dar seis minutos... Pode ser dez minutos para o Fórum de Entidades, dez minutos para o CMDCA, o secretário fala, e depois nós abrimos aqui as manifestações dos vereadores, e vamos abrir, então, dez inscrições para dez entidades poderem fazer a sua fala. Pode ser assim? Então, Lino, o senhor tem dez minutos.

SR. LINO MORSCH: Boa tarde, pessoal; então, eu sou Lino Morsch, atualmente estou na presidência, na coordenação do Fórum Municipal do Direito da Criança e do Adolescente. Bom, desde que a gente começou a se ater mais com relação a essa questão de a gente qualificar, vamos dizer assim, qualificar a inclusão, porque o nosso desafio aqui é a gente poder oferecer um aprendizado para todas as crianças, inclusive as crianças que são de inclusão, porque a gente não quer um espaço dentro das entidades que seja para a criança ficar ali, simplesmente, porque ela tem que ficar ocupada. E, sim, a gente quer um espaço onde a criança possa também participar do processo de aprendizagem. E isso muda a visão, porque, no momento em que você recebe uma determinação de mais um monitor para acompanhar uma criança, porque ela vem com ordem judicial que tem que ser acompanhada, aí a gente se pergunta: mas de que forma esse monitor – que a gente sabe que até para quem estuda é uma matéria difícil – vai auxiliar na aprendizagem? De que forma ele vai auxiliar na aprendizagem? Então, a partir de uma demanda que o secretário Maurício nos trouxe, numa reunião, inclusive, com a temática da educação integral, que também estão com essas mesmas dificuldades, surgiu a necessidade de a gente apresentar uma proposta para a SMED. Então, criamos, a partir da nossa plenária, um grupo de estudo para estudar um pouco melhor essa questão. E, a partir dessas conversas todas, ouvindo as entidades, a gente se deu conta de que não é aumentar o número de

monitores. Hoje, o nosso principal desafio é ter um especialista dentro da instituição, porque é assim que esse assunto tem que ser tratado, é a partir de um especialista que possa estar somando com a equipe e possa estar construindo esse processo de aprendizagem e esse processo de inclusão, que ele verdadeiramente aconteça. Nesse sentido, claro que a gente precisa ampliar a equipe também, mas ela não pode acontecer isoladamente. Só colocar mais adultos junto com as crianças não vai resolver. Isso a gente já concluiu que não é por aí o caminho. O que precisamos é poder ter o especialista, então a gente até construiu uma proposta, ter o especialista, ter mais, sim, professores, profissionais, vamos dizer assim, e a gente pode estudar que profissionais dentro da instituição para compor essa equipe. Porque senão a gente não vai enfrentar o problema, a gente vai apenas responder à justiça que o monitor está lá. E a criança? E as crianças que estão lá ainda que não têm laudo? Nós temos uma pesquisa que o fórum fez, por alto, assim, que chega a 15% de crianças que frequentam hoje as comunitárias, crianças com laudo e crianças com investigação. Então é um percentual alto. Eu acho que depois a Carol pode complementar, que ela está participando também desse grupo de estudo, mas, assim, o desafio que nós queremos propor é poder qualificar todo aquele espaço. Porque a gente precisa ter um espaço acolhedor, que acolha essas crianças e possa apresentar um processo de aprendizagem para elas. E isso não é através do monitor, não só através do monitor. Precisamos, sim, de capacitação, de formação, de mais professores, de especialistas, para podermos enfrentar essa situação e realmente podermos apresentar um espaço que a criança suporte, porque também temos casos de crianças que precisam ser acolhidas e precisam ser avaliadas se elas, dentro de um processo de aprendizagem, suportam ficar oito horas dentro de uma escola de educação infantil. E quem é que vai fazer essa avaliação? É o monitor? É o professor sozinho? Então, por isso, a gente precisa, sim, ou ampliar mais ainda as equipes de apoio da própria Prefeitura, ou termos o especialista dentro do nosso espaço, para podermos conduzir isso de maneira produtiva. Acho que era isso por enquanto.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Lino. Registrar a presença da nossa vice-presidente, Ver.^a Juliana de Souza. Registrar também que nós enviamos convite para o Conselho Municipal de Educação, nós estamos aguardando a presença também do Conselho.

E eu queria aqui quebrar o protocolo um pouquinho e deixar aqui a minha solidariedade à Ver.^a Grazi, minha amiga, que sofreu um ataque pessoal por um colega. Eu tenho combatido isso nos últimos dias e eu sei como é dolorido, mas conta com o nosso apoio. Está bom?

Então, pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –, a nossa presidente, Carolina Aguirre.

SRA. CAROLINA AGUIRRE DA SILVA: Boa tarde, vereadores. Boa tarde, secretário. Boa tarde a todas as instituições. Eu fico muito feliz em poder ver esta Casa lotada, que eu acho que é um grande momento para fazermos as nossas representações e mostrarmos a união das instituições, principalmente nesses momentos em que tanto dói para todos nós também.

Eu queria colocar, em primeiro lugar, dando continuidade à fala do Lino, que nós entendemos que a criança tem direito a uma educação infantil de qualidade. E isso é fato. A criança tem direito a uma educação infantil inclusiva. Isso é fato. Para que a gente possa chegar a esse nível de educação infantil de qualidade, nós ainda vamos ter que correr algumas léguas. Então, como disse o Lino, a gente tem que pensar se vai ser monitor somente. Basta? Você coloca uma pessoa a mais ali por “x” crianças e deu? Essas escolas precisam ter um acompanhamento pedagógico de qualidade para esta criança. Tem uma série de documentações que têm que ser feitas para que essa criança possa ter um atendimento real. Nós também tínhamos, há algum tempo, e ainda temos um setor de educação especial dentro da SMED. Conforme foi passando o tempo, foi diminuindo a quantidade de funcionários. Mas, nas escolas, tipo a Lygia Averbuck, tem nome de outras escolas, a Tristão, essas escolas são de profunda relevância dentro das regiões. E quando a gente consegue acessar essas escolas, elas conseguem fazer um trabalho fantástico com a gente. Pena que as

equipes são pequenas e a quantidade de casos ou de crianças em que a gente precisa ter um respaldo é muito grande. Acho que uma das principais questões também seria ampliar essas equipes, tanto na própria SMED, que tem um setor, quanto nessas escolas. Também acho que é importante lembrar, eu só não recordo o ano, mas que a SMED fez um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – com a Defensoria Pública para poder efetivar um atendimento para 2023. Ela fez um TAC para poder efetivar para a rede atendimento de monitor, vamos dizer assim, para as crianças com necessidades especiais ou para as crianças, neste momento, até com laudo de TEA – Transtorno do Espectro Autista. Mas ficou também neste TAC, um artigo que diz que, ao final do ano de 2024, que o nosso termo iria até o final de 2024, seria feito, novo termo, um repasse ou um recurso específico para isto. Então, eu sei que nós tivemos um aditivo, mas eu acho que é interessante a gente já deixar frisado que nós precisamos ter um recurso específico. E aí acho que a gente teria que ver a proposta que o fórum construiu, para que a gente pudesse estar chegando em alguns valores, porque a gente também sabe o quanto demanda de valores essas contratações. Eu também queria colocar que nós temos algumas, posso dizer, confusões dentro da SMED, das defensorias, do MP, porque estão chegando muitas notificações, como disse o vereador, com solicitação de monitor ou de acompanhante para crianças de forma exclusiva, ou chegando com algumas ameaças de bloqueio de repasse, bloqueio judicial ainda. Também estão chegando algumas questões de solicitação de ampliação de serviços, como se a instituição tivesse contratado fonoaudiólogo, como se a instituição tivesse contratado psicopedagogos ou profissionais desse tipo para atender as crianças de forma individualizada. Quando a instituição tem profissionais desta especificidade, é para poder auxiliar os professores no atendimento e não atender a criança. Então, a escola não é a saúde, a escola é a escola. Então, não há possibilidade de ampliação deste horário. E, pasmem, esses dias chegou para mim, de uma outra instituição, que essa instituição deveria estar contratando, com o recurso da parceria, pagando, na verdade, fonoaudiólogo e psicólogo para uma criança, com recursos da parceria. Então, a parceria já é

pequena, já não é suficiente para as questões em que temos que honrar. Então, não há possibilidade de fazermos a contratação de profissionais ou de serviços de saúde, novamente, para atender essa criança. Nós não somos postos de saúde, nós não somos saúde. E, para concluir, trago a questão que acho que deveríamos fazer algo intersecretarias, porque é impossível que uma criança sem laudo fique dois anos em uma fila para chegar no laudo. Depois, essa criança que teve o laudo... É como eu falo, depois do laudo não terminou, recém começou. Então, depois do laudo, tem todos os tratamentos, só que essa criança não tem onde fazer o tratamento. No posto de saúde não tem um psicólogo infantil, não tem um acompanhante, não tem um psicopedagogo, aí ela entra em uma outra fila, maior ainda. E aí essa criança não para no laudo. Não é, pronto, acabou o laudo, toma agora... Não. O laudo é uma forma de a gente poder saber como lidar ou como melhor tratar aquela criança. É só isso. Eu reforço que, pela Resolução nº 13 do CME, essa criança já tem um valor de dupla, ela vale por dois, mas esse recurso também é insuficiente para a instituição. Porque, se nós formos pensar em contratar um monitor, mais um professor, não cobre esse recurso. Então, acho que a gente tem várias questões para trazer. E acho que, mais do que nunca, a gente tem que ver qual é a proposta da Prefeitura quanto à educação, para que essa educação infantil seja de qualidade e realmente inclusiva. Obrigada. Só uma questão que... Desculpe, vereador, obrigada. Nós fizemos uma provocação também para que o Conselho Municipal de Educação e a SMED pudessem estar pensando em quantidade de crianças com deficiência. Não estou dizendo nem TEA, nem TOD, nem TDAH, nem nada. Estou dizendo desde uma criança cadeirante a qualquer tipo de deficiência, por sala ou por profissional ou por metragem ou por adulto ou algo assim. Porque, para a gente poder pensar, eu acho que são alguns termos, algumas colocações em que a gente precisa pensar. Hoje, nós temos, pela Resolução nº 15, do CME também, nós temos algumas definições de espaço de adulto *versus* criança. Quanto é de adulto, quanto é para cada criança. Quanto é de metragem para cada criança. Então, algo nesta linha que não colocasse, talvez, um limitador, mas que colocasse algo para que a gente pudesse estar também pensando.

Hoje, nós temos algumas escolas que tem nove crianças com laudo de TEA numa sala de jardim de 22 crianças. Então, se essa abençoada professora... É muito complicado trabalhar com uma criança hoje em dia. As crianças são totalmente tecnológicas, elas são muito mais difíceis, as metodologias que a gente tem que trazer para eles também. Mas uma criança que já tem alguma necessidade, algum laudo diferenciado, de todos os laudos, não falo só de uma questão, é muito mais complicado. Então, acho que são algumas discussões para a gente trazer hoje. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Muito obrigado, Carol. Pontual, em 9 minutos e 33 segundos. Quero saudar a presença da Dra. Paula Simões, pelo Nudeca. Dra. Paula, só para informar o que nós tratamos até agora. Nós estamos aqui na reunião com 99% de entidades que fazem o atendimento da educação infantil parcerizada do Município. Eu tinha referido antes que nós entramos em contato com o Dr. Daniel Engler, em cima das decisões, porque as decisões são individuais, onde as liminares são deferidas, geralmente com atendimento preferencial, com foco no aluno que demandou. Claro que tem decisões também que são exclusivas, e isso tem gerado um pouco de ansiedade das entidades, porque não existe previsão orçamentária no plano de aplicação delas. Então, nós, em conjunto com o Fórum de Entidades, com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, chamamos essa reunião para tentar construir um debate, junto com a secretaria, através do secretário Leonardo, construir um debate que é muito mais amplo. A gente não tem dúvidas aqui que precisa ter um monitor em sala de aula, mas a gente também precisa que as decisões judiciais também tenham um entendimento, não só um olhar na saúde, mas um olhar da escola, porque a escola tem uma dinâmica diferente. Não é só simplesmente a liminar, muitas vezes, 99% das vezes ela é deferida sem ouvir a escola. Então tem toda uma dinâmica escolar que a gente também tem que preservar para manter toda a dinâmica pedagógica. Então, Dra. Paula, vai ser quase um quebra-queixo. Nós vamos já passar a palavra para a senhora. A senhora tem dez minutos.

SRA. PAULA SIMÕES DUTRA DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos e todas. Eu, primeiramente, peço desculpas pelo meu atraso. Eu estava num evento do Ministério Público, na abertura de um evento sobre *bullying* e *cyberbullying* que acabou atrasando. Então, peço desculpas, agradeço o convite para participar de um debate, vereador, que eu acho extremamente importante. Coloco aqui a posição da Defensoria Pública no atendimento das famílias atípicas, porque posso fazer referência que, nos últimos tempos, a demanda de atendimento da Defensoria Pública no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes aumentou sensivelmente, quando nós falamos em inclusão. Falamos em inclusão não só na esfera educacional, mas também no aspecto de saúde. Quando eu converso com meus colegas defensores públicos que se reportam ao Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente a respeito de orientações, a respeito dos processos judiciais, de teses que nós precisamos desenvolver, o que eles mais me trazem é justamente a procura pelas famílias em busca do profissional de apoio escolar e em busca das terapias para os seus filhos. A dificuldade que essas famílias acabam enfrentando para conseguir ambos os acessos, que precisam ser conjugados. Quando nós falamos em abordagens com crianças atípicas, atípicas de uma maneira geral, porque nós temos os transtornos do neurodesenvolvimento, de uma maneira ampla, em que nós incluímos o autismo, o TDH, os transtornos de aprendizagem, nós precisamos falar numa abordagem precoce. O que é que isso significa? Quanto mais cedo nós fizermos uma abordagem e essa abordagem for multidisciplinar, nós vamos ter melhores resultados. E não é o que nós, infelizmente, hoje em dia vivenciamos. Nós temos famílias exaustas, mães solo que realmente deixam de viver as suas próprias vidas em busca dos direitos dos seus filhos. Quando nós falamos em crianças e adolescentes, nós temos o princípio da prioridade absoluta, da proteção integral, que a nossa Constituição Federal trouxe, prevendo a criança e o adolescente como sujeito de direitos e como destinatário das políticas públicas com absoluta prioridade. Infelizmente, não é o que nós vivenciamos hoje. Então, eu externo, antes de mais nada, a preocupação da

Defensoria Pública em relação ao atendimento desses direitos. O atendimento dos direitos não significa simplesmente nós termos uma decisão judicial, porque, muitas vezes, nós temos uma decisão judicial que nós não conseguimos cumprir. Como nós, defensores, que estamos ali reivindicando e lutando pelos direitos dessas famílias, vamos chegar para essa família e dizer: Olha, infelizmente, nós temos uma decisão reconhecida pelo juiz, mas nós não temos como cumprir". Muitas vezes, as questões relacionadas aos profissionais de apoio escolar é o que nós acabamos vivenciando, infelizmente. Acho a iniciativa deste debate extremamente salutar, porque nós precisamos construir estratégias em conjunto, para que esse tipo de questão não possa mais ser enfrentada no dia a dia dos processos, no dia a dia do atendimento da Defensoria Pública. Hoje, por coincidência, eu conversava com a equipe do CAPSi Pandorga a respeito de alternativas para que nós possamos encontrar, pelo menos, um laudo de fácil acesso às famílias para as terapias. Porque o que nós encontramos hoje são famílias recorrendo à iniciativa privada para elaboração de laudos que, muitas vezes, são padronizados e não individualizados, como deveriam ser. Nós precisamos combater qualquer tipo de interesse econômico por trás disso, pensar, realmente, no interesse das crianças. Essa é uma preocupação, muitas vezes, é a sensação de impotência que a Defensoria Pública enfrenta. Então, muito obrigada por criar este espaço de debate. Hoje pela manhã, em razão do convite para a reunião, eu entrei em contato com as colegas aqui em Porto Alegre que atuam de forma direta nos processos em que demandam a Fazenda Pública, o Estado e o Município buscando pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Uma dessas colegas, que atua de forma direta nos processos e que também, por uma circunstância, não sei se é uma coincidência ou não, ela é uma mãe atípica, ela me falou com muita propriedade da importância desses profissionais de apoio escolar. O que é que ela me trouxe? Que a escola vem a ser a célula inicial da convivência desse futuro adulto atípico em sociedade. Então, nós precisamos preparar a escola como um ambiente de acolhimento, para que crianças típicas naturalizem a convivência dessas crianças e desses adolescentes atípicos. Qual é a função do profissional de apoio nesse aspecto?

Ele é a ponte, a ponte para que essa criança permaneça num ambiente inclusivo. Ele precisa regular, auxiliar na regulação dessa criança. A criança que, daqui a pouco, vai precisar se afastar do ambiente escolar, para que ela possa se organizar; a criança não verbal, que, muitas vezes, vai precisar desse profissional de apoio, para poder se comunicar com seu professor e com seus colegas. Nós não podemos ter uma inclusão de faz de conta, nós precisamos ter uma inclusão efetiva. Qual é a realidade que nós enfrentamos e que as colegas me trouxeram em relação aos processos em que se busca profissional de apoio escolar dentro da rede parceirizada do Município de Porto Alegre? São decisões que nós não conseguimos cumprir, porque o ente demandado é o Município de Porto Alegre, que reporta que seria uma obrigação da escola, e a escola refere que não tem como promover o custeio desse profissional. Numa negativa de cumprimento da decisão judicial, o que é que acaba acontecendo? Um bloqueio de valores das contas do Município para custeio desse profissional. E qual é a dificuldade que nós enfrentamos? O valor que é destinado para pagamento desse profissional. Hoje, o Dr. Daniel, aqui em Porto Alegre, estabelece como valor cerca de R\$ 50 a hora, e as famílias não conseguem encontrar profissionais que aceitem trabalhar com esses valores. Nós temos, então, famílias que buscam desesperadamente por orçamentos, que não conseguem, buscam desesperadamente por profissionais, e, nisso, o que é que acaba acontecendo? Os seus filhos ficam sem o profissional necessário, sem o acompanhamento, não estão incluídos dentro do ambiente escolar, e o prejuízo, que não é só pedagógico, que, antes de tudo, é de socialização, ele é definitivo. Como defensora pública e como defensora dos direitos das crianças e dos adolescentes, eu clamo para que nós tenhamos uma solução conjunta. Se nós temos uma contratação do Município com a rede parceirizada, e esse é um serviço que hoje é muito demandado por parte das famílias, isso precisa estar previsto na contratação. Nós precisamos regular a forma de contratação desses profissionais, para que crianças não sejam responsabilizadas por essa inércia. Aproveitando aqui, fazendo uma referência, inclusive, à data de ontem, Dia

Nacional da Defensoria Pública, eu peço uma atenção especial para os direitos das crianças e dos adolescentes. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dra. Paula. Eu vou chamar, os inscritos, pode ser, secretário? Eu vou chamar dez inscritos, foram dez entidades que se inscreveram. Eu vou ser hoje um pouco rígido no horário, porque o secretário também tem um outro compromisso. Vou iniciar pelo Sr. Leonardo Rodrigues, pela entidade Cantinho dos Piás. Leonardo, tens três minutos. Quando faltar um minuto, eu vou avisar. Por favor.

SR. LEONARDO RODRIGUES: Boa tarde, Fleck e demais membros, vou ser rápido aqui. Eu estava lembrando que numa sessão aqui da CECE, ainda quando era o secretário Paulo, foi apresentado pela UFRGS quanto custava uma criança numa escola própria do Município. Isso gerava, mais ou menos, em torno de R\$ 5.000,00 a R\$ 5.300,00. Não sou eu que estou dizendo, secretário, isso foi apresentado, eu não tenho a dimensão a não ser em confiar nos dados trazidos aqui pela universidade. Nós, parceiros, e muito felizes que somos parceiros e sabedores do papel que nós cumprimos na sociedade, ganhamos um quinto desse valor para atender as crianças. E, somado a isso, na verdade, nós temos uma sobrecarga de atendimento, porque, como lembrando há pouco sobre a luta antimanicomial, eu lembro muito bem que acabaram com os hospícios – e vou usar essa palavra perversa –, mas não criamos nenhuma política para atender a saúde mental das pessoas que precisavam do atendimento. Ficamos assim até hoje, perdura ainda um grande problema de saúde mental no País, porque nós não criamos uma solução. A mesma coisa serve para a educação, nós criamos um processo de inclusão justo – e é uma questão que não se discute –, mas nós não criamos uma solução. Não acredito que passe pela inclusão de um profissional específico para atender uma criança específica, eu não acredito nisso; não acredito e sou prova disso enquanto instituição: nossa instituição adotou um profissional de AEE para acompanhar as crianças; nossa instituição apostou no apoio de um outro profissional de

educação para ajudar nos jardins; nossa instituição contratou um psicólogo, e, nesse processo e na criação de fluxos, nós tivemos um sucesso incrível. Incrível! Convido todos que queiram acompanhar. Não acredito que nós possamos incluir mais um profissional dentro da sala de aula, porque a criança, para incluí-la, eu não preciso de ter alguém que fale por ela quando ela é não verbal. O meu professor tem que estar capacitado para isso. Então, encerro a minha fala dizendo que há soluções. Não estou dizendo que eu trago a verdade aqui, porque cada caso, cada região, cada escola talvez exija uma solução específica. Porém, digo, existem possibilidades, e eu acho que a gente precisa começar a discutir.

Parabéns por ter trazido esse debate aqui, porque ele é muito importante. Esse custo, secretário, dessa proposta, é muito inferior ao que hoje é gasto, despendido com as escolas próprias. Era isso que eu queria dizer. Obrigado a todos.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Leonardo. De imediato, chamo o Sr. Cezar Ramos, pelo Instituto Isabel Vieira.

SR. CEZAR RAMOS: Boa tarde a todos e a todas. Queria parabenizar a Comissão de Educação da Câmara por essa iniciativa, acho que é um assunto muito importante no momento. Eu sou dirigente de uma instituição que tem 130 alunos, 11 com TEA e 4 esperando o laudo, fora os outros ainda que se sabe que tem problemas, se sabe que não é doença, mas há um diferencial para a criança que tem autismo e outro tipo de síndrome, porque tem outros também. Nós ficamos esperando que venha um aceno por parte da SMED para que se resolva essa situação. É complicado. Eu, por exemplo, contratei uma volante para ajudar, mas o atendimento tem que ser diferenciado. Eu vi que o Lino fez a colocação aqui, tanto ele quanto a Carolina Aguirre falaram por nós. É uma situação complicada para nós, que administramos com pouco dinheiro e com situações tamanhas nessa questão do autismo e outras síndromes, e nos sentimos impotentes para resolver a situação. Eu vejo que a SMED está

colocando psicólogos nas escolas do Município, mas, para nós, que atendemos mais de 20 mil crianças para o governo municipal com um repasse de pouco mais de R\$ 900 por criança para todas as despesas... Vi que saiu um edital aí e que o valor mínimo foi R\$ 1.300,00. Quem dera nós, das escolas conveniadas, recebêssemos – não é, Marília? – R\$ 1.300 para atender nossas crianças. Eu acredito que nós daríamos um atendimento com muito mais qualidade que estamos dando. Então, eu acredito que tem que ter uma solução imediata, porque cada ano que passa aumentam as crianças nas nossas escolas, com síndromes. Então, precisamos muito que isso seja resolvido e não dá para esperar mais. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Cezar. De imediato, André Seixas, pela Amigos da Restinga. O senhor tem três minutos.

SR. ANDRÉ SEIXAS: Boa tarde, senhores da Mesa; boa tarde, companheiros das escolas e familiares. O tema é importante, hoje, e eu acho que ele está no ápice de toda a discussão, principalmente da educação infantil parceirizada, porque a gente sabe que o próprio, que são as EMEFs e as EMEIS, tem as APS, independentemente do tipo de atendimento que ela presta e se tem condições ou não. Nós, das parceirizadas, estamos à mercê das questões das liminares. E, secretário, nós temos assessores com um tipo de entrada e de envios de *e-mails* que talvez saibam mais do que os outros na forma de se colocar, porque alguns exigem, obrigam, na forma da descrição, e outros entram em uma formatação de que forma poderia, de como as entidades estão, de como é que se tem as condições, quer dizer, não tem uma padronização dentro da SMED para o enfoque que vem das assessorias, tanto financeira quanto pedagógica, para as entidades. Isso é um problema. Mas eu acredito no seguinte: nós temos hoje a retirada de sala de aula de maternal, que tem 20, tem um laudo, que geralmente tem dois, três, tu tiras um por criança. Aí, se tu tens dois, três laudos, e daqui a pouco a gente cumpre as decisões liminares ou cumpre a lei, tu tens mais três adultos, não nos adiantou em nada reduzir a sala de aula em um aluno,

porque nós não vamos ter espaço. Nós devemos ter, no mínimo, uma dúzia de escolas aqui dentro que tem salas de maternais que cabem só 10 crianças. E se tu tiveres dois laudos, por exemplo, que isso é comum, já vai ter mais três adultos, porque já tem uma professora, não entra! Nós vamos ter que pedir para as parceiras ficarem em casa porque não entra. Acho que não basta só isso. Eu acho que precisa, sim, a SMED com o núcleo do governo acharem uma questão financeira para que possam dar um aporte maior nas parcerias da questão financeira, para que a gente possa ter condições, talvez, sim, de contratar alguns profissionais para atendimento em sala e no revezamento com todas as crianças que precisam, mas também que a gente possa contratar um quadro técnico multidisciplinar para colaborar. Talvez não de um mês todo, não o tempo todo, mas que tenha momentos em que eles possam assessorar as crianças e também assessorar os professores, os funcionários, os colaboradores. É isso. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, André. De imediato, Rafael Barros, pela ECEI São Jorge. Rafael, três minutos.

SR. RAFAEL CONCEIÇÃO BARROS: Boa tarde à comissão, na pessoa do Ver. Rafael Fleck, os demais vereadores. Eu sou o diretor ECEI São Jorge, da Associação Amigos da Restinga, na Ponta Grossa. Queria, primeiramente, agradecer por essa pauta tão importante, mas de muita relevância, para que possa a gente ter a maior atenção para as famílias dessas crianças que, muitas vezes, a gente que está lá na ponta, no dia a dia, vê o sofrimento dessas famílias, dessas mães, muitas vezes, são mães solas, o sofrimento dessa mãe sem ter toda a retaguarda de política pública. Eu acho que aqui deveria também estar a saúde, que também isso... Devido à demora dos atendimentos, que são direcionados via posto de saúde, via unidade de saúde, deveria estar presente aqui, porque a grande demora que tem ali de uma família de acessar uma unidade, muitas vezes a unidade é tão distante, como a minha escola é uma escola lá no Extremo-Sul, a dificuldade de uma família acessar, pegar dois

ônibus ou ir a pé até uma unidade de saúde, e acaba que a família, muitas vezes, até mesmo desiste, então esse é um ponto da dificuldade do acesso.

A dificuldade também.. Tu vê o sofrimento de um profissional que está trabalhando ali com 20 crianças, tem dois que têm laudos, quatro, cinco estão em investigação, aquele profissional que acaba também ali sendo agredido. Então precisamos também olhar para o cuidador, o profissional que está na ponta ali, porque ele sai ali para trabalhar, ele sai para dar toda a atenção, para atender aquela criança e acaba também estando em sofrimento – esse é o segundo ponto.

E a questão também da falta de política pública, para as crianças que têm ali e estão em sofrimento diariamente – diariamente. Crianças ali que já vêm de casa, muitas vezes crianças que estão dentro... A família não sabe nem como levar a criança e acaba sendo que aquela criança tem o seu direito, acaba até o seu direito violado, por não estar acessando a escola, o seu lugar de desenvolvimento, e aí a família ali fica sem saber o que fazer. Então, assim, da pessoa do vereador, eu acho que a gente precisa ter uma maior atenção para o secretário, e deveria... Quero reforçar também aqui que a saúde deveria estar aqui, porque ela também é participante direta dessa ação, está bom? Então esse é meu registro. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Rafael. Eu vou passar, então, para o secretário responder o primeiro bloco de perguntas. Secretário, o tempo está com o senhor.

SR. LEONARDO PASCOAL: Obrigado, boa tarde a todos. Quero agradecer ao presidente da comissão, Ver. Fleck, pelo convite. Quando recebi o convite, eu já tinha sinalizado ao vereador que teria uma agenda às 15h30min, então, por isso, que fiquei aqui ao máximo possível para escutar, mas não vou poder ficar todo o tempo da reunião. Mas compreendo que as falas aqui que me antecederam foram bastante exemplificadas do que é o sentimento de todos. Saudar também o Ver. Gilson, a Ver.^a Grazi, o Ver. Carlo, a Ver.^a Juliana, em nome das duas

vereadoras, também cumprimentar pelo dia do pedagogo hoje, então cumprimentar todos os pedagogos e pedagogas que aqui estão ou que nos acompanham. Saudar a Dra. Paula, da Defensoria Pública, também a Carol e o Lino, que aqui representam o conselho, o Fórum das Entidades, muito especialmente a todos os nossos parceiros de dia a dia da nossa rede municipal de educação, por meio das escolas parceirizadas. Quero cumprimentar a comissão pela iniciativa desse debate, um debate extremamente importante, atual, e que eu tenho certeza que pode ser feito de uma forma em alto nível, realmente, com encaminhamentos que sejam concretos, produtivos. Dizer que essa não é uma pauta desconhecida ou que a secretaria não compreenda ou não se preocupe, ao contrário, a gente tem muita compreensão da importância desse tema. E aí quero, muito brevemente, fazer um pequeno contexto para, depois, avançar e poder sugerir algumas propostas de encaminhamento.

A educação especial é, sem dúvida nenhuma, o tema mais mal resolvido da educação brasileira. Esse é um tema que a gente não tem um desenho claro, consistente, testado, validado, aprovado em nível nacional. Cada rede, seja ela municipal, estadual, enfim, cada rede vem procurando fazer ações, estratégias e políticas que deem conta das demandas que são oriundas do atendimento a crianças que são públicos da educação especial inclusiva. Mas a gente não tem um desenho claro de política pública já validado. A gente tem um enorme desafio em alfabetização, por exemplo. O Brasil tem dados alarmantes nesse sentido. Agora, nós temos métodos de diferentes naturezas, validados, testados, a gente sabe qual é o caminho para alfabetizar, a gente sabe o que precisa fazer. Às vezes falta coragem, às vezes falta organização, às vezes falta recurso, mas a gente sabe o que fazer para alfabetizar uma criança. O tema da educação especial é um tema que, no Brasil, já não tem essa mesma clareza sobre o que precisa ser feito. É um tema relativamente atual, no que diz respeito à pressão da sociedade sobre esse tema. Inclusive, por conta disso, esse tem sido uma pauta prioritária do Consec. Eu sou, hoje, o segundo vice-presidente do Consec, é o Conselho Nacional de Secretários da Educação das Capitais. Tivemos, na semana retrasada, uma reunião com a professora Zara Figueiredo, que é a

secretária da SECADI, que é a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação, que cuida de diversidade, inclusão, enfim, que abrange as questões relacionadas à educação especial. E o Governo Federal vai publicar, em breve, um decreto trazendo uma norma realmente efetiva no que diz respeito, especialmente, a estes profissionais, que sequer existe um nome padronizado em nível nacional. A gente chama de agente de educação especial Inclusiva, outro município, lá em Esteio, a gente chama de auxiliar de educação, tem município que chama de monitor, tem município que chama de cuidador e por aí vai. Então, não há uniformidade sequer na nomenclatura, que dirá nas atribuições, que dirá na formação exigida e aí por diante. Então, para ver como esse é um tema mal desenhado em nível nacional, porque nem a coisa mais básica que a gente tem, esse decreto visa uniformizar isso em nível nacional e, pelas discussões que a gente vem tendo com a secretária, eu estou muito otimista sobre esse normativo que há de vir. Por nós não termos uma política bem desenhada, enfim, acaba que sai cada um fazendo alguma coisa, inclusive os órgãos, como a Defensoria Pública, como o Ministério Público e, por consequência, o Judiciário, que acabam, a partir de demandas que vêm das pessoas, tomando as suas decisões, na inércia, muitas vezes, na ausência de políticas bem definidas. Com todo respeito a essas decisões, nem sempre essas decisões são as melhores possíveis, mas são as decisões postas, porque nem sempre o próprio pedido está correto e nem sempre a própria decisão está correta, ou o formato dessa decisão está correto. Muitas vezes, isso acaba causando um desarranjo na gestão da política educacional, isso vale para isso, vale para a questão de próprio acesso, de decisões de concessão de vaga, que, por vezes, acabam fazendo um furo na fila e concedendo vaga para quem, em um critério de vulnerabilidade, deveria estar atrás de outro que não foi atendido, enfim, mas essa é outra discussão. Então, esse é o contexto que a gente vive.

Na rede própria – que já foi trazido aqui pela Carol –, estabeleceu-se lá um TAC, que deu origem ao Incluir+POA, como uma tentativa de fazer frente às demandas

que vinham da rede própria municipal. O programa se consolidou ao longo de 2024, enfim, agora foi ampliado com novos agentes.

Na rede parcializada, eu quero dividir aqui os dois problemas que a gente tem para tratar. Um diz respeito a uma questão já muito concreta e muito materializada, que são as decisões que exigem a alocação de monitores por atendimento dessas crianças. Isso é uma demanda já presente, concreta, com a qual nós, enquanto Secretaria, e vocês convivem no dia a dia. Então esse é um problema. E o outro problema aí é maior, mais profundo, que diz respeito à estruturação de uma política de atendimento para essas crianças na rede parcializada, que é algo maior, que vai envolver outros profissionais, enfim, é outra coisa.

Então, essa segunda, obviamente, é mais complexa, a gente precisa redesenhar isso, porque isso tem um impacto profundo também nas próprias parcerias e nessa decisão. Essas decisões agora, que a gente já tem, já fomos condenados, ou ao menos liminarmente, para oferta, e quando eu digo nós, é todos nós, porque somos parceiros na boa e na ruim. Dessas decisões, nós compreendemos todas essas argumentações que os senhores e senhoras fazem, e não só sou sensível, como me alio a vocês nesse entendimento de que esse formato não é um formato razoável ou sustentável. Eu tenho, pessoalmente, vários questionamentos em relação às próprias decisões, porque eu acho que nem sempre são decisões bem embasadas tecnicamente sobre a necessidade ou não. São decisões, muitas vezes, oriundas de demandas que são feitas no atacado, por vezes até por mercados que se criam, porque isso a gente observa também nas vagas para a educação infantil, na concessão de vagas, há outros interesses que se associam para pleitear isso. E os fundamentos da decisão nem sempre são bem trabalhados, porque, opinião pessoal minha, não cabe um laudo médico dizer se a criança precisa ou não precisa de um monitor na sua sala de aula. Este não é, nós não fazemos atendimento em saúde, nós não fazemos atendimento terapêutico, nós fazemos atendimento educacional, e, portanto, não é o médico o melhor profissional para definir se aquela criança precisa ou não precisa desse tipo de atendimento. O

médico pode contribuir no processo dessa definição, mas tem psicopedagogos, tem psicólogos, tem outros profissionais multidisciplinares que têm melhores condições do que um próprio médico para atestar se aquela criança precisa ou não precisa. Porque, por vezes, na boa intenção de lá colocar um monitor, esse médico vai estar orientando um processo que vai gerar uma involução no processo de desenvolvimento daquela criança e sem qualquer tipo de responsabilização de quem disse para colocar lá ou não. Isso não significa, essa não é a minha posição, que a gente não precise de mais monitores ou nada disso. Ao contrário, fizemos uma ampliação no Incluir + POA porque entendíamos da necessidade dessa ampliação. Agora, essa ampliação tem que estar embasada tecnicamente com quem entende de educação, com quem entende de atendimento educacional especializado, que não é, via de regra, um profissional médico. O profissional médico vai ter toda a legitimidade para solicitar atendimento terapêutico, enfim, no campo do atendimento clínico de saúde, que não é o nosso caso aqui, não é o que nós fazemos. Então, eu tenho uma primeira contrariedade, acho que a gente tem que se unir nesse sentido de fazer a contestação devida, tecnicamente, em relação às próprias decisões. Agora, claro que decisão judicial se cumpre, a gente pode questioná-la naturalmente, mas decisão judicial a gente tem que cumprir. E, nesse sentido, a gente precisa, sim, estabelecer melhores fluxos, parâmetros para essa questão do atendimento dessas demandas judiciais. A Secretaria tão somente tem feito, e aí eu compreendo que talvez alguns com um pouco mais de sensibilidade, destreza e capacidade, e alguns servidores talvez com menos, mas o que a gente tem feito é um repasse dessa decisão judicial pura e simples para vocês, o que está errado. E a gente reconhece e precisa corrigir isso.

Agora, a gente também tem que sempre lembrar que todas as decisões que nós formos encaminhar como solução precisam ser escaláveis, porque a grande diferença da rede pública de educação para outras redes é que a gente lida com escala. Quando eu falo dos estudantes da rede municipal de educação, eu estou falando de 67 mil estudantes. Não são 50, não são 100. Então, isso precisa fazer sentido para uma rede que tem esse tamanho. A gente não pode achar que as

soluções vão ser sempre dar mais dinheiro ou botar mais pessoas. E mesmo quando isso for, tem que ser numa proporção ou num parâmetro que possa ser exequível, porque não adianta também a gente desenhar um modelo mais utópico do mundo e depois conseguir atender 10 crianças e não conseguir atender as outras 20 mil que tem para serem atendidas com esse modelo. Então, a gente também precisa olhar para isso.

E, nesse sentido, um ponto que, na minha avaliação, precisa ser revisto e foi até trazido aqui por alguém que falou antes, é a questão do inciso 1º, do art. 49 da [Resolução nº 13, de 2013](#). O texto da norma é um texto obsoleto, que diz que cada estudante será computado por dois, ponto. É isso que diz o texto da norma. Isso não leva em conta as especificidades daquela criança. Às vezes, dependendo do grau de suporte dessa criança, talvez tivesse que reduzir três. E, às vezes, não precisaria reduzir nenhum. Quando a gente faz uma regra linear, cada um conta dois, a gente não está olhando para isso e, por conta disso, está inviabilizando, muitas vezes, um atendimento mais qualificado, até porque a gente não está olhando, por exemplo, para situações específicas da educação infantil, que são muito peculiares nesse atendimento. As necessidades de uma criança no seu atendimento vão, entre crianças que são público-alvo da educação especial e que não são, vão ficando cada vez mais evidentes e distantes à medida que essas crianças vão crescendo. Essas diferenças numa criança de berçário I, por exemplo, são diferentes das diferenças em que há no atendimento de uma criança de maternal ou da pré-escola, de jardim. Então, a gente também precisa olhar para isso. Não dá para colocar, como é o texto da norma, que vale para a educação infantil, o ensino fundamental e a educação de jovens e adultos. Então, essa norma precisa revista.

E aqui está, na minha avaliação, o grande ponto que nos abre uma possibilidade de avançar de uma forma que seja sustentável, que seja exequível, inclusive do ponto de vista financeiro e orçamentário. Porque, hoje, quando a gente diz que paga em dobro a criança que é da educação especial, na verdade, isso é relativo. Não é bem uma verdade. Porque a gente está tão somente indenizando o espaço que estaria ocupado por outra criança e não está. Então, na prática, não

é um valor adicional que a gente está remunerando aquela instituição parceira. Porque, se podia ter dez na sala e tem um da educação especial, então fica com nove. Esse um a mais que a gente está pagando é o décimo. Então, se fosse uma criança não da educação especial, a instituição receberia os dez, ou seja, receberia a mesma coisa. Então, não é um valor que seja verdadeiramente adicional. Até porque, a rigor, os custos de vocês, a maioria dos custos de vocês, são fixos. É o professor, é a água, é a luz, enfim. O variável é pequeno. É um pouquinho mais de merenda, um pouquinho mais de alguma outra coisa, mas é pequeno. Então, para que a gente consiga avançar em conseguir atender melhor isso e dar mais recursos, a gente precisa rever esse dispositivo da Resolução nº 13, porque hoje ele é limitante nesse aspecto. Então, passa por aí, porque aí sim, a gente pode. Primeiro que isso vai nos dar dois ganhos, porque também poderá, em muitos aspectos, até nos ajudar no próprio atendimento à educação infantil, que hoje acaba sendo limitado. Não só da educação infantil, mas nas demais etapas também, sobretudo na educação infantil, onde a gente ainda convive com déficit de vagas.

Então, sim, nós estamos abertos a fazer essa construção com vocês. As duas, uma mais de curto prazo. E aí eu quero, aqui, Presidente Fleck, assumir um compromisso com vocês de, no máximo, em 45 dias, apresentar uma proposta concreta. Podemos apresentar a esta comissão ou fora, enfim, apresentar uma proposta concreta que leve essas duas coisas em consideração. A gente, claro, ter o atendimento e poder dar o suporte para vocês, que possam fazer frente a essas despesas que são extraordinárias, o atendimento de vocês, mas que seja exequível do ponto de vista financeiro e orçamentário. Porque é muito fácil também a gente dizer: "A solução é a seguinte: mais valor por criança e está tudo certo". Está bem, essa solução qualquer um pode construir. Agora, a solução não pode ser sempre mais dinheiro, mais gente, porque, obviamente, isso tem um limite que, ali na frente, vai se impor, vai se estabelecer. Mas, então, isso a gente consegue construir nesse período de, no máximo, 45 dias, de como dar conta dessa demanda que as escolas parceiras estão recebendo. E volto a dizer: a gente está do mesmo lado aqui para buscar essa solução.

E aí, claro, em paralelo, esse é um trabalho maior, mais complexo, vai envolver o Conselho Municipal de Educação, vai envolver esta Casa Legislativa também, a gente olhar, à luz do que deve vir essa normativa do Ministério da Educação, como estruturar essa política de uma forma mais ampla, mais integrada, enfim, para outras questões. Foram trazidos aqui os próprios professores especialistas, a exemplo da função que exerce a Ver.^a Juliana, porque é um tema, claro, mais complexo, que não dá para a gente estabelecer aqui.

Mas, como já tinha dito, já estou mais que atrasado aqui, vereador, eu me comprometo, nesse sentido, com esta comissão, com as entidades, nesse período, a trazer essa solução concreta, nesse prazo aqui, para essa demanda pontual específica que a gente tem, que já está acontecendo.

E a outra a gente segue discutindo também, para poder avançar, assim como feito na rede própria, enfim, poder também ter um grau de suporte, atendimento de qualidade nas escolas parceirizadas. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, secretário Leonardo. Secretário, nós podemos fazer, e aí nós poderíamos decidir aqui, ou uma reunião devolutiva, ou até mesmo uma audiência, Carol, uma reunião da CECE em conjunto com o Fórum de Entidades, lá com o Fórum de Entidades, e o secretário apresentar a proposta. Acho que seria...

SR. LEONARDO PASCOAL: Perfeito.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Nós poderíamos agendar uma reunião da comissão em conjunto com o Fórum de Entidades.

SR. LEONARDO PASCOAL: Só para constar que a Carol me entregou agora a proposta que eles enviaram ontem por *e-mail*. Então, também, a proposta é um bom ponto de partida para a gente fazer essa discussão. E o que sair daqui, e os encaminhamentos que esta comissão também tirar, porque, tecnicamente, é

uma comissão que tem muita qualidade, nos encaminhar para que a gente possa incorporar isso e, depois, construir juntos uma alternativa.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Secretário, só antes de o senhor sair, pelo adiantado da hora, vamos entregar aqui várias notificações que as entidades receberam de formas distintas, mas tratando do mesmo caso.

Luciane, poderia fazer parte da Mesa aqui para substituir o nosso secretário? (Pausa.) Obrigado, secretário, pelos esclarecimentos. Conte com a comissão. Luciane Xavier, por favor.

Eu vou seguir a ordem aqui. A Érika não se inscreveu, mas eu já a inscrevi. Então, componha a Mesa conosco aqui, Érika, por favor. De imediato, vamos prosseguir com as inscrições. Sra. Elaine Timmer, pelo CME. A senhora tem três minutos.

SRA. ELAINE TIMMER: Boa tarde, presidente, já trazendo aqui a situação da nossa presidente do CME, que teve um problema agora à tarde com o filho, então não pôde comparecer. Ela pede desculpas, porque sempre quer fazer parte, sim, e fazer a discussão. Bom, com relação a esse impasse de inclusão de criança atípica, criança... Então, a situação é simples. Desde a Constituição, tem a previsão desse atendimento. Desde 2012, tem esse atendimento. Desde 2013, quando o CME disponibilizou, estava previsto esse atendimento. Quando o secretário... É uma pena que o secretário normalmente marque duas agendas no dia da CECE. Acho que o senhor já observou isso. Lá, no parecer de 2023 do Conselho Nacional, a Câmara de Educação já diz que há, sim, a necessidade de disponibilização dos profissionais de apoio. E também afirma que não é uma questão médica que define isso, porque é responsabilidade estritamente educacional. Então, uma professora, uma pedagoga, uma psicopedagoga é quem vai fazer essa análise. Bom, mas isso, ao mesmo tempo, não vem ao encontro do que nós estamos enfrentando, porque toda a legislação diz que é responsabilidade do Estado, do Município, fazer essa cobertura. Está previsto, inclusive, que também para as instituições conveniadas, e não só para a rede.

Então, nós temos aqui essa questão que entregamos, esse trabalho realizado. E, realmente, se não tivermos o apoio do profissional especializado, vamos continuar sendo cuida-se. Estamos em sala sofrendo com a nossa criança, porque ela tem que ser acolhida, ela tem que ser trabalhada. E isso não está acontecendo. O CME tem trabalhado muito nesse sentido e também de rever as suas posições, suas regulamentações, porque, se a pessoa com necessidade especial já existia lá em 1988, muito mais agora.

Então, é uma necessidade que temos de encaminhar. Nós, enquanto fórum, também encaminhamos para o CME a mesma proposta. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Elaine. Sra. Teresinha Beatriz, pela IEI Arco Íris Encantado. Três minutos, Teresinha.

SRA. TERESINHA BEATRIZ MEDEIROS: Boa tarde a todos, eu vou dizer gratidão por estarem nos ouvindo, porque esse é um tema que muito nos deixa preocupados, e a gente sempre leva ao fórum. Não sou muito de falar, mas preciso dizer que todo mundo está preocupado com os autistas em sala de aula. Lá em 2008, quando veio a política de colocar as crianças autistas, esqueceram dos graus 2 e 3, que são os que realmente precisavam de acompanhantes. Só depois da Lei Berenice Piana, quando ela foi regulamentada, que se deram conta disso. Agora estamos nesse impasse, com muitas crianças sem apoio. Por exemplo, na minha escola, tenho 18 autistas e 19 para pegar laudo. Então os professores estão ficando doentes, tem professoras lá que já estão indo na psicóloga, daqui a pouco vou eu também, porque está muito grave. Por isso que eu disse gratidão por estarem nos ouvindo. Porque não é só colocar as crianças dentro de uma sala de aula, isso não é inclusão, isso é exclusão. Porque, no momento em que tu colocas uma criança numa sala de aula, ele não tem outro apoio a não ser a professora. Estou fazendo neuropsicopedagogia para poder ajudar. Mas até que ponto vou poder ajudar as 30 crianças que tem? Neste ano, no outro ano, talvez 50. Então é isso, é louvável o que estamos fazendo aqui, não sei dos outros, mas eu é um grito de socorro por tantas crianças, tanta falta

de apoio e tanta empáfia. Não, não é empáfia, é uma coisa assim... que o secretário já saiu... Que bom, até que é bom. Porque acho que a SMED tinha que ter mais parceria, tinha que ouvir mais os dirigentes, tinha que fazer que nem os outros, como muitos fazem, que nem tu faz, Fleck, pé no barro, bota os pés no barro, vai nas comunidades, nas escolas para ver como está a situação. É desesperador. Na minha, Arco-Íris Encantado, está ficando desesperador, porque eu não tenho mais como agir. Agora, eu contratei três pessoas, eu diminuí a alimentação, contratei três pessoas, porque é muito autista em sala de aula, as professoras daí não vêm mais. Mas o que acontece? Não adianta contratar, se tenho quatro em uma sala de aula, em um espaço de 35 ou 39 metros quadrados. Como é que eu vou botar quatro pessoas adultas lá dentro? Não é isso que a gente quer, a gente quer realmente alguém que fique ali, especializado, alguém que, quando as crianças estão batendo nos professores... Porque tem crianças lá que estão batendo, e a pessoa não pode fazer nada, tem só que apanhar, chorar, pedir demissão. Então, está faltando realmente esse olhar. E foi muito bem falado, sim, que o Estado e o Município não estão cumprindo o que eles deveriam. Fizeram a Tratado de Salamanca. Lá no tratado não disseram que iam fazer tudo isso? Concluindo, então, cumpram, honrem o tratado que fizeram. É isso, gente. Obrigada. (*sic*)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Teresinha. A Sra. Jussara Cabeda, pela Renascença.

SRA. JUSSARA CABEDA: Pessoal, é assim, eu sinto muito que o secretário tenha ido embora, que, mais uma vez, ou ele manda os assessores ou ele vai embora cedo, então, não nos ouve. Isso é muito sério, porque querer fazer parceria sem ser parceiro não é possível. O eu que quero dizer é que eu não quero monitores na minha escola. As salas são pequenas, não dá para pôr dois, três adultos em uma sala pequena. Fico entre a fala do André e a do Leonardo, que foram excelentes. O Leonardo fala em psicólogo, acho que é isso que temos que ter na escola: um psicólogo e um psicopedagogo atendendo todo mundo,

inclusive os professores. Vejo que nós temos uma equipe muito boa na nossa escola, a Escola Brizolinha, e a gente está estudando muito, as gurias estão conseguindo trabalhar com os autistas sozinhas na sala. Só que tem situações em que é preciso alguém com conhecimento mais profundo para atender. Não adianta um monitor contratado, porque, como disse a doutora, as mães estão ficando doentes. Imagine uma professora com três, quatro em uma sala. A mãe adocece sozinha. Mas nós, as professoras adoecem por três, quatro pessoas. Então, não é possível, o monitor não soluciona a questão. Precisamos de um atendimento e uma preparação dos professores. É o que a gente está fazendo. E os nossos pais, os pais dos autistas, eles nos apoiam. A gente chama quando a criança tem um surto muito grande, então, a nossa parceria de monitoria é com a família. Aí funciona, a família vem, retira a criança ou faz alguma coisa assim. Eu sou pelo contrato de psicólogo. Só queria dar um depoimento que essa história de parceria com a saúde não funciona. De tanto a gente falar, eles criaram um eMulti, no nosso caso, na unidade 1º de Maio. Não adianta o eMulti, eles vão atender todo o Glória, Cruzeiro e Cristal. São centenas de crianças que precisariam ser atendidas e eles não vão atender. A definição deles é que eles não atendem individualmente a criança. Eles querem fazer reunião com os pais das crianças, que também é importante, mas não é suficiente. Parceria com a saúde é um band-aid em cima de uma ferida de 20 centímetros de área. Então, essa parceria de faz de conta não funciona. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigada, Jussara. Pela Associação dos Amigos da Vila Arapei, a Fernanda Bueno.

SRA. FERNANDA BUENO: Boa tarde, meu nome é Fernanda, sou professora da turma de Jardim B. A minha turma é composta com quatro crianças de inclusão. Eu gostaria de fazer um relato. Um relato que aconteceu mês passado, em que uma mãe pediu para a SMED um monitor para essa criança permanecer na escola o dia todo. O que acontece? No momento do descanso, todo mundo sabe como funciona a rotina da escola, infelizmente, a gente não tem um quadro

de funcionários que conseguiria ficar com ele, e ela pediu uma monitora. O e-mail que a gente recebe da SMED é: “Sendo assim, cabe à escola, mediante indicação do laudo do aluno, fazer a contratação de um profissional de apoio.” Se a gente está mandando um e-mail ou se a família está pedindo é porque a escola não tem verba para contratar um novo monitor. Com isso, a gente conversou com a mãe, a gente deu a opção de a criança vir à tarde, permanecer depois das duas horas, que é quando as professoras voltam e teriam como auxiliar essa criança dentro de sala. Mas, quando a rotina de uma criança autista é quebrada, é muito difícil ele voltar para a escola. Então, a mãe preferiu não trazer mais ele à tarde, ele continua vindo de manhã frequentemente. Mas a gente sabe que o dever dele, o direito dele é estar lá dentro da escola, das 7h30min às 5h30min, como ele precisa estar, tendo contato com os colegas e com os professores. E a gente não teve esse suporte da SMED. Porque, se a gente pediu, se a família pediu, é porque a gente não tem uma verba para contratar um novo profissional para ficar com apenas um. E os outros três que eu tenho dentro de sala? A gente gostaria de profissionais capacitados para estarem junto à escola, junto à família. Era esse é o meu ponto. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, professora Fernanda Bueno. Pela Escola Asa Branca, Mãezinha do Céu, do Sarandi, a Sra. Celma de Souza. Celma, você tem três minutos.

SRA. CELMA DE SOUZA: Boa tarde à Mesa, boa tarde a todos. Eu vou direto ao ponto, porque eu quero saber onde a SMED tem... qual o artigo da SMED que diz que a instituição tem obrigatoriedade de contratar um monitor para acompanhar uma criança. Esse artigo a gente não descobriu onde está. Então, a SMED deve saber onde está esse artigo. E, assim, a gente lida com muitos autistas. E o que a gente faz? A gente faz o melhor, o impossível, para que ele se sintam bem. Agora, depois, o que a obrigatoriedade que a SMED manda para nós, a gente primeiro atende a criança, depois a gente vai atender a SMED. O que a SMED ligou para lá? Ela ligou, ela não mandou *e-mail*. Ela ligou dizendo

que era para a gente botar um funcionário para a rua, para contratar um outro monitor. Ah, não tem monitor, então, desfaz de um funcionário dos serviços gerais para colocar outro. A gente ganhou 48 horas para a gente contratar essa pessoa. E ela pediu, pegue os documentos da pessoa para a gente anexar nos documentos do Ministério Público. Eu digo, vamos fazer de onde? Vamos inventar uns documentos e vamos colocar lá? Só porque a SMED tem que colocar lá para o Ministério Público? Eu acho que, falando seriamente, eu acho que tem que mudar essa lei. E não adianta vir para cá falar, dizer... Ah, porque isso, porque aquilo... Porque, gente, nós estamos lá na ponta. A gente atende as crianças muito bem. Mas o que eu quero dizer é que existe e precisa ter uma lei para defender essas crianças autistas. Não é possível! Até quando a gente vai nessa luta? E nós é quem sofremos lá na ponta.

Então, eu agradeço muito, eu estou dentro dessa comissão, mas assim, é sem brincadeira, porque as crianças precisam. Era isso. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Celma. A Sra. Marília Fidel, da Escola de Educação Infantil Eremi, está com a palavra, por três minutos.

SRA. MARÍLIA FIDEL: Boa tarde a todas e a todos, dirigentes, guerreiros, heróis e heroínas. Quero parabenizar o presidente Fleck por essa iniciativa. Nós precisamos desses debates muito mais frequentes. Mas tudo o que foi falado me contempla, mas eu vou entrar num outro viés. Onde estavam essas crianças antes? Porque eu tenho a escola infantil há 13 anos. De dois anos para cá, é uma dizendo que tem 19 crianças, a outra tem 20, eu tenho 9 na sala de aula, 9 esperando laudo. Essas crianças estavam onde? Quando alguém decidiu que, por lei, incluía-se... Mas está lá, desde o início de 1988, agora parece que fecharam tudo onde estava o atendimento e resolveram colocar nas escolas infantis. O que está acontecendo? Já foi falado tudo. Os professores estão estressados. Nós nem temos como contratar professor, até pelo salário, por oito horas, é uma dificuldade. Nós temos que tratar com carinho para não perder. Vamos supor que a lei diz que cada criança tem direito a um monitor. Então, se

houver cinco autistas na sala de aula, cinco adultos, mais o professor e tal... Claro que não é assim. Mas a leitura que se faz é essa. Porque a mãe chega lá... A mãe foi muito beneficiada também com essa lei, porque nós temos mães que, quando vê o direito, ela simplesmente nunca aparece na escola. Tem as mães comprometidas, mas tem aquelas que querem chegar lá, largar às 7h da manhã, e, se puder, buscar às 7h da noite. E, se a gente liga, ela não atende o telefone. O que acontece com essas mães? Onde é que está a questão da responsabilidade? Uma criança que não consegue ficar três horas tem que ficar oito. Agora há pouco chegou uma encaminhada lá pela SMED, casualmente, a minha coordenadora, que é muito boa, conseguiu detectar que a criança tinha autismo, porque ela disse assim, o meu filho fica das 7h às 8h. Aí ela disse assim, ah, ela fica uma hora, então, ela tem alguma especialidade? Não, ela não fica uma hora; ela fica das 7h da manhã às 8h da noite. Aí nós descobrimos que ela tem que tomar um remédio. Então, a criança tinha autismo, não veio com isso, e queria ir das 7h da manhã às 8h da noite.

Outra questão muito séria, vereador e vereadoras que me acompanham, que vocês têm que se ater a isso também. Luciana, te parablenizo por ter coragem de estar aqui. A gente gosta de ter o secretário, porque ele tem o poder da caneta, mas te respeito muito, porque a gente também tem que aprender a ser representado, porque eu sei que tu vais levar e nós vamos cobrar dele, porque está sendo gravado aqui. Então, tu me representa estando aqui também, porque és das poucas que eu vejo que realmente se preocupam conosco lá na ponta. Nós temos dificuldade hoje. Nós tivemos momentos muito bons com os secretários, que nos ouviam, que faziam reunião conosco, que decidiam com a gente. Hoje está mais complicado. Mas eu quero dizer assim. Vamos supor, o meu filho tem autismo. O teu não tem. Aquele filho que tem autismo, o meu filho, grita, a professora tem que sair da sala, todo mundo tem que atender, tem que dar um carinho, tem que dar uma especialidade, e o teu filho que não tem fica olhando. O que está acontecendo? As crianças que não têm autismo estão gritando. Chegou uma mãe e me disse, a minha filha não gritava, não quebrava as coisas dentro de casa, ela está assim, porque ela está vendo que o coleguinha

que faz isso tem toda a atenção. Não é culpa da criança, mas nós estamos garantindo um direito e tirando o outro. Quando você fala em inclusão, é um direito, mas inclusão com qualidade, com dignidade. Será que a inclusão é largar nas escolas conveniadas? Que começaram como creches, hoje se transformaram pelas exigências da SMED, hoje estão qualificadas, hoje são instituição de educação infantil, todas se qualificaram, mas continuam sendo tratadas na forma de creche, ou de acúmulo de criança.

Para concluir, me perdoa, mas a criança tem uma descompensação, a professora vai agarrar, levou para frente, tem as pessoas na parada do ônibus, ela está contendo a criança, segurando, aí quem está lá na parada do ônibus pensa que ela está judiando da criança. Se ela larga, a criança se joga contra a cerca e se machuca; se ela pega... Então, nós temos uma situação delicada de até uma professora ser acusada de maus-tratos quando está protegendo aquela criança. Onde é que fica a proteção dos nossos professores, dos nossos educadores? Não é só falar em dinheiro, botar mais... Eu não quero botar 10 monitores na minha sala de aula. Eu quero que meus professores e que as crianças tenham a qualidade de atendimento, mas que todas as crianças: as que têm autismo, as que têm alguma especialidade, e as que não têm, porque elas também tenham o direito de uma qualidade de ensino. E nós não podemos dizer... Eu fui conselheira tutelar, e o direito da criança e adolescente é de todas, de todas. Quando você garante uma prejudicando outra, você está deixando de atender a algum direito. Obrigada. Desculpe.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Marília Fidel. A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra. A senhora tem cinco minutos.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa tarde a todos e a todas que estão aí na luta pela inclusão, estão na luta pelo direito das nossas crianças e adolescentes. Saudar os nossos colegas vereadores, as entidades aqui representadas, a Secretaria de Educação, em especial o Ver. Fleck, proponente desse debate, dessa proposta, a companheira Érika, da Angelina Luz, que vem

aí, juntas, trabalhando na luta por garantia de direitos das crianças atípicas, assim como a luta das famílias atípicas. A pauta do atendimento de inclusão é uma pauta que atravessa muito o nosso mandato. É uma pauta que nos custa muito. Então, estar aqui debatendo com vocês esse tema é bastante importante. Eu queria iniciar dizendo isso. Também quero iniciar dizendo que vou dizer algumas verdades. Preciso dizer algumas verdades aqui, porque, se nós temos a ideia de qualificar o nosso trabalho na ponta, no atendimento à educação, nós vamos precisar fazer uma revolução. E essa revolução perpassa por olharmos para as nossas instituições, que não são instituições de assistência, são instituições de educação. Então, é o primeiro passo. Sendo uma instituição de educação, nós precisamos partir do princípio que todos nós precisamos nos qualificar e ter formação continuada, não só o professor que atende a criança lá na ponta, mas desde a pessoa que abre a porta da escola. Porque não é possível a gente não compreender como se dá um processo de inclusão. Processo de inclusão, que entendo aqui que seja a nossa luta, precisa perpassar por todos os profissionais envolvidos pela entidade. Não pode ser só a responsabilidade de uma pessoa, não pode ser só a responsabilidade da gestão, como não pode ser só a responsabilidade do professor, como não pode ser só a responsabilidade da família. Crianças, e quando a gente fala de direitos, a responsabilidade é de todos nós. Então, essa é a primeira questão que eu quero deixar aqui escurecida. Todos nós precisamos estudar mais sobre o tema, debater mais sobre a pauta, porque eu ouvi, foram dez inscrições, eu ouvi diferentes opiniões sobre o mesmo tema que nós estamos debatendo aqui. E eu, particularmente, fiquei preocupada. E falo de um lugar onde eu sou professora há 23 anos, sou doutoranda em educação, então, não estou falando de um lugar distante. E eu sou professora de educação infantil. Vinte e três anos de sala de aula foram no chão da educação infantil, então, eu falo com muita tranquilidade e propriedade com relação a esse tema. Precisamos estudar sobre o que é incluir e como incluir, e como nós podemos ajudar na desorganização dos nossos alunos de inclusão, porque eles não surtam, eles se desorganizam. Então, eu queria que a gente começasse, juntos, a pensar sobre isso. As nossas crianças,

quando elas se desorganizam, elas desorganizam também todo o espaço em que elas estão inseridas. Se nós não temos um profissional que ajuda na acolhida, para que ela possa voltar a se reorganizar, dificulta o trabalho. E eu entendi que hoje, aqui na CECE, o nosso debate é esse. Nós precisamos estruturar, nós precisamos dar qualidade no atendimento às nossas escolas parceirizadas, porque nós temos a necessidade de dar qualidade no processo de aprendizagem dessas crianças. Então, nós estamos aqui lutando por mais profissionais, por atendimento especializado, qualificado; se vai ser contratando, se não vai ser contratando, se vai ser ampliando, também já percebi que é uma realidade que precisa ser estudada com as parceirizadas e a Secretaria de Educação. Assim como também já entendi que nós precisamos, de fato, dar sequência à proposta que o próprio secretário fez aqui, que é nós termos, como ele falou, anotei, uma política de atendimento especializado pensada para as parceirizadas. Porque isso é fato. Se nós não tivermos consciência... E eu entendo também que não é como a última companheira aqui falou: nós não vamos ter cinco alunos de inclusão e ter cinco monitores, até porque nós já falamos também aqui, em algum momento, que cada situação de uma criança atípica tem uma necessidade específica. E nós entendermos a necessidade específica, ajuda, inclusive, nesse processo de contratação. Mas nós precisamos compreender que as instituições precisam desse trabalho. E vou dizer por quê. Porque o que eu vou dizer vocês já sabem, mas, às vezes, o óbvio precisa ser dito: vocês atendem a maioria das crianças de educação infantil, e, no meu entendimento, como vereadora desta Casa, desta cidade, vocês têm que ter, no mínimo, a mesma estrutura que uma escola municipal, no mínimo. Então, se a gente partisse desse princípio, nós estaríamos aqui resumindo muito o nosso debate se vocês já tivessem o mínimo de estrutura que uma escola municipal tem: atendimento especializado, com monitoria quando necessário. Porque a gente sabe, né, Ju, que mesmo nas escolas municipais, a situação está complexa, mas o mínimo vocês não tem. Porque nós estamos discutindo aqui a possibilidade de ter monitoria; lá nas escolas municipais, nós estamos discutindo quem são essas monitoras. Nós avançamos lá, mas aqui a gente está no zero,

a gente está na linha de saída ainda, nós não estamos no meio do caminho, nós estamos no início do caminho. Então, é fundamental dizer que nós reconhecemos, quanto Legislativo, e eu creio que o Executivo também reconhece, e, óbvio, os dados, os números estão aí para dizer, vocês atendem a maioria das nossas crianças em educação infantil, e nós precisamos olhar para isso. Então, Fleck, trazendo isso, quero pontuar a última verdade. Eu disse que ia trazer verdades.

Eu tenho o maior respeito por toda a trajetória do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, toda a trajetória. Eu fui educadora social nesta cidade por dez anos; trabalhei com Sase – Serviço de Apoio Socioeducativo. Então, sei muito bem o trabalho que o CMDCA faz. Sei. Mas o CMDCA tem um papel, que, quando ele iniciou, ele era social. Quando eu falei lá, no início da minha fala, que nós temos que entender que vocês são educação, nós também precisamos avançar nesse debate. O Conselho Municipal de Educação tem que começar a se atrelar com o CMDCA, com urgência, porque vocês são educação, vocês não são mais assistência; foram, no passado. Vocês hoje tratam e trabalham com a educação. Com isso, eu quero trazer alguns elementos: primeiro, nós precisamos ter políticas pensadas para o atendimento das crianças de inclusão, assim como a acolhida das famílias. Nós precisamos pensar sobre isso. Nós, com urgência, precisamos ter suporte da Secretaria de Educação, Lu, que pense não só no atendimento, na garantia da permanência, porque só incluir e a criança ficar 15 minutos na escola, para nós não resolve, ela precisa permanecer na escola. Para ela permanecer na escola, a gente precisa ter a escola com estrutura básica. Segunda questão: as escolas parceirizadas alimentam o censo escolar. O que um dos nossos parceiros, agora eu não lembro se foi o Rafael, se foi o André ou o Leonardo, um dos três falou sobre um quinto do valor que deveria se valer pelo estudo da UFRGS. Não precisamos nem do estudo da UFRGS, companheiro. Nós não precisamos nem do estudo da UFRGS. Nós teríamos que fazer o pagamento para as escolas parceirizadas, mesmo valor/criança, que é o que chamamos de CAQ – Custo Aluno Qualidade, que é o valor por aluno, que a gente repassa para as escolas

municipais. Volto a repetir, é o mínimo. Vocês tinham que receber o mesmo valor que as EMEIs – Escolas Municipais de Educação Infantil recebem.

Só para fazer uma correção, e eu preciso ser justa, porque fui eu que indiquei essa emenda: quando nós aprovamos, aqui na Casa, a compra de vagas – é uma política que a gente entende que tem que ser temporária, eu não defendo compra de vagas, jamais, eu defendo construção de escolas públicas –, a ampliação da compra de vagas, nós emendamos, não é, Juliana, e aprovamos, junto com o Carlo e o Fleck, a emenda que indica que o valor que vai ser pago na compra de vaga tem que ser o mesmo que vai para vocês. Então, se é R\$ 1.300,00, é R\$ 1.300,00 para vocês também, e o projeto foi aprovado. E isso precisa ser alterado. Foi aprovado. A gente aprovou faz o quê, uns 10 dias. Não? Quanto?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): É isso. Então, nós vamos cobrar da Secretaria de Educação, como é que está sendo feito esse aditivo – vou repetir: foi votado nesta Casa uma emenda parlamentar; uma emenda parlamentar, não... uma... me ajuda? Ah, é uma emenda, está certo. Uma emenda no projeto de lei, em que a gente garante que o valor que as compras de vaga vão receber, com a compra de vaga do Município, seja equivalente ao mesmo valor que vocês vão receber. Nós conseguimos garantir isso; então, esse passo foi superado. E, para concluir, eu queria trazer como sugestão – já fiz, eu deixei um bilhete para o secretário quando ele saiu, mas eu vou repetir aqui para a Lu, para a Lu reforçar, o Certa, a representação do Certa esteve conosco na reunião da frente parlamentar semana passada – ele sinalizou que conseguiram aditivo para a contratação, no Certa, de mais profissionais. Hoje, para que vocês tenham uma noção, são 2.700 crianças na fila, aguardando por um diagnóstico, na fila! Então, esse aditivo já passou pela Secretaria de Assistência, já passou pela Saúde, está aguardando o *ok* da Educação. Então, nós vamos ter possibilidade, e eu já peço também que a gente possa logo dar *ok* nesse aditivo, para que a gente possa

também ampliar o atendimento no Certa, porque também vai nos ajudar, quanto escola, quanto educação, a poder dar mais qualidade no atendimento das nossas crianças. Obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Grazi. De imediato, Ver. Carlo Carotenuto.

VEREADOR CARLO CAROTENUTO (REPUBLICANOS): Boa tarde a todos, boa tarde, Fleck, Grazi e Juliana. Eu vou ser bem simples e objetivo no que eu ouvi aqui. O seu Lino me chamou muita atenção numa coisa que ele falou. Essas crianças estão dentro das salas de aula, elas estão aprendendo ou elas estão ali só por estar, pelo pai ou a mãe estarem trabalhando? Não culpo os professores e nem professoras. Então, a pergunta é... Amanhã ou depois, essa criança vai ter que entrar na sociedade. Ela teve um ensino? Ela teve uma estrutura? Ela teve uma base? Uma outra coisa que me chamou muita atenção. As escolas pedem coisas diferentes. Uns pedem monitores, outros pedem pedagogo. Será que existe uma pessoa que ouve essas escolas, para que nós possamos trazer até o secretário, juntamente com os vereadores: "Olha, secretário, entramos em um acordo, e as escolas precisam disso aqui." Fiquei triste de saber que uma professora apanha dentro da sala de aula, não porque é criança, é porque a criança tem o problema e bate. É triste, é triste saber, porque ela vai acabar pedindo a conta, ela vai embora. Então, existe uma pessoa que ouve as escolas? Entendeu, Grazi? Dá para entender a minha pergunta? Porque, se nós encontrarmos essa pessoa, vai se trazer ao Fleck, vai se trazer a mim, a você, e nós vamos levar até o secretário. Ele deu 45 dias para trazer uma solução. Vamos lutar por essa solução? Então, é só isso que eu gostaria de falar. Pode contar comigo; contem com a Juliana, contem com a Grazi, contem com o Fleck, contem com o Gilson Padeiro. Nós estamos aqui para ouvir vocês e trazer uma solução.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver. Carlos Carotenuto. Ver.^a Juliana de Souza.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa tarde a todas e a todos. Eu quero falar, primeiro, de onde eu vou falar. Quero parabenizar o meu colega proponente, o nosso presidente, Ver. Fleck, porque esse debate é muito importante, mas eu também quero iniciar o diálogo com vocês, explicando desde qual lugar eu vou fazer essas considerações, porque esse é um tema que me toca muito. Primeiro, porque eu sou professora da rede municipal de educação especial, trabalho na Sala de Inclusão e Recursos, na EMEF Nossa Senhora de Fátima; mesmo como vereadora, sigo atuando na escola. Segundo, porque esse é o tema da minha pesquisa, sou mestre em Educação, na linha de educação especial e processos inclusivos, trabalho com a análise das políticas de educação especial, esse é o tema da minha pesquisa, da política nacional de 1994 e de 2008, e os seus repertórios e contextos da prática. Então, falo desses dois olhares e também do lugar de quem tem um irmão que está em processo de avaliação há muito tempo, por todas as lacunas que vocês falaram aqui. Ele formou-se no ensino médio e segue num processo. Então, vejam, as lacunas são grandes, muitos anos. Então, eu falo desse lugar. Em primeiro lugar falo isso para dizer que precisamos entender, primeiro, as diferentes concepções que existem no debate de educação inclusiva, que aqui se expressaram muito. E eu quis, primeiro, falar de onde estou falando para explicar a minha concepção. Vocês podem ver, estou com um adesivo aqui no peito, em defesa da educação inclusiva, contra as terceirizações. Eu venho de uma perspectiva que afirma a garantia do direito à educação a todas as pessoas como um direito inegociável. O direito à educação e o direito à aprendizagem é – como nós já temos dispositivos internacionais e nacionais, dispositivos legais e marcos normativos que asseguram – um dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade. O [Decreto nº 6.949, de 2009](#), ratifica aqui, no Brasil, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e tem três elementos importantes para o debate que fizemos aqui: o primeiro é que ele é o

primeiro momento que ratificamos no Brasil a visão do modelo social da deficiência, que entende que a deficiência não é um problema do sujeito; a deficiência está nas barreiras que se interpõem entre esta pessoa e a sua plena participação na sociedade, sejam barreiras atitudinais, comunicacionais, arquitetônicas. Então, nós vamos ter um leque de barreiras que nós dialogamos no debate sobre a educação; o segundo é porque ela fala um pouco sobre acessibilidade do ponto de vista dos recursos de desenho universal, que nós deveríamos estar discutindo muito mais, inclusive, na educação, para pensarmos espaços para todas as pessoas, recursos para que todos os espaços sejam para todas as pessoas; o terceiro, porque ela fala do direito à educação inclusiva na rede regular – eu quero afirmar que esse direito eu não negocio. Este mandato foi eleito com essa posição, inclusive, perdi muito voto quando disseram que eu sou contra as escolas especiais. Eu sou contra a segregação e as escolas especiais. Eu sou contra o que nós já fizemos e que, felizmente, deixamos de fazer. Eu sou contra negar que qualquer estudante deve estar dentro da escola regular e que qualquer estudante tem que ter os mesmos direitos à educação e aprendizagem. Então, eu falo desse lugar.

Segundo, nós temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, que é a política nacional que segue nos orientando; tentou ser modificada pelo governo Bolsonaro, que, na verdade, impunha um conjunto de retrocessos que voltava para a lógica privatista e segregadora de educação especial, e nós conseguimos resistir. Então, é a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que segue nos orientando; são essas diretrizes que nós devemos observar para pensar as nossas escolas, seja da rede própria, seja da rede parcerizada. Terceiro, a nossa LBI, que também fala da educação como um direito, assegurando os sistemas educacionais inclusivos. Esses elementos são importantes porque essas concepções é que vão nos orientar para pensar quais saídas a gente pode ter para esse problema que está posto aqui hoje. E o primeiro elemento, que é uma necessidade de a gente observar, eu quero dialogar um pouco com o que o Leonardo falou, de uma escola que eu conheço

– conheço muito bem o trabalho, por sinal –, acho que é uma referência que eu tenho da rede parceirizada, inclusive, nossa primeira inscrição, que é a gente pensar o todo da escola. Não existe o processo inclusivo como uma receita de bolo; não existe o processo inclusivo como a responsabilidade minha, da Érika, da Dra. Paula. Nenhum aluno é meu na minha escola, eu digo. Todos são meus e todos são da escola. E o mesmo tem que ser na nossa rede parceirizada. Nós precisamos entender que a inclusão, e é nisso que eu quero divergir do secretário, eu não tenho dúvida que a educação especial é o maior território de disputa da política educacional brasileira, porque o setor privado, que sempre se associou com a lógica médico-clínica da deficiência, o setor privado sempre quis pegar recurso público para se financiar e sempre quis dizer que os nossos estudantes com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com altas habilidades de superdotação não deveriam estar nas escolas. Eles sempre quiseram a segregação e eles seguem disputando isso. Por isso que eu sou contra a terceirização, porque ela é essa lógica dentro da nossa rede agora. Essa turma que sempre disputou o financiamento da educação brasileira ainda incide hoje. Então, eu não acho que a educação especial seja o tema mais mal resolvido, ele é o tema mais disputado por quem muito bem se organiza, inclusive. É um território de permanente disputa, porque se disputa, inclusive, concepção entre nós aqui; se disputa, inclusive, isto, um processo de reflexão que está entranhado numa cultura capacitista que a gente tem na sociedade, que faz a gente olhar esse sujeito como um sujeito que não tem potencial, que eu tenho que fazer um parecer... Vocês podem olhar, ontem eu estava escrevendo um parecer à 1h da manhã, vocês podem olhar que não tem um PAE meu, um parecer meu que eu inicie com um diagnóstico, porque um diagnóstico não define nenhum sujeito. Eu vou falar se ele é afetivo, comunicativo, quais são as habilidades dele, as potencialidades, e, lá no final, quais são as dificuldades e o que precisamos construir de estratégia, recursos, suporte para que ele possa eliminar as barreiras, a gente possa eliminar as barreiras. Isso é concepção, gente, isso é concepção, entender que o caminho se faz ao caminhar na educação inclusiva. O caminho a gente faz juntas. E eu

sei que é difícil; eu trabalho numa escola na periferia de Porto Alegre, onde a violência que temos na sala de aula não é da aluna autista. A violência que a gente tem é da lacuna de política pública de um Estado que não oferece as políticas lá para quem mais precisa, para o povo mais vulnerabilizado, e faz com que a violência se perpetue, porque a violência também é culpa da fome, da falta de saneamento básico. Vocês estão vendo que estou de chinelo? Estão vendo aqui? Porque eu estava lá na minha escola, final da semana, no sábado, lá na Bom Jesus, pisando numa correnteza de esgoto, porque é nessa condição que a minha comunidade escolar vive. Então, é nesse contexto que se produzem violências, e elas são muito piores do que a de um aluno que se desorganiza dentro da sala de aula. A gente devia estar discutindo elas. Então, a gente precisa ter uma visão mais sistêmica. Eu sou referenciada, inclusive, nesse pensamento sistêmico, por isso que a minha cabeça, às vezes, é meio bagunçada e talvez eu não esteja conseguindo ser muito explícita aqui com vocês, mas acho que a gente precisa entender que essa responsabilidade de pensar o caminho é coletiva. E a gente precisa entender que a política que a gente vai construir nesse debate precisa dar uma resposta que vai para além de mais um monitor, mais recursos para contratar mais um monitor. Não é sobre isso, é sobre repensar o todo da escola, é incidir no Projeto Político-Pedagógico, é incidir na eliminação do conjunto dessas barreiras. Então, acho que, primeiro, isso. Isso é concepção.

O segundo ponto é o tema da política, e aí é com a SMED, Lu. Eu ia falar com o secretário; é contigo agora, é com a SMED. Por que eu discordo da Ver.^a Grazi sobre a rede própria? Porque a rede própria retrocedeu, não avançou. A rede própria retrocedeu. Terceirizar a educação especial na rede própria é retrocesso. Os meus estudantes estão sendo fruto de um conjunto de violações de direitos, porque esse acordo que foi feito é um retrocesso. A gente deveria estar assegurando concurso público para ter profissional de apoio à inclusão, com formação para garantir o direito à educação desses nossos estudantes, e esse acordo pavimentou o caminho do retrocesso. Eu espero que a gente possa voltar a discutir isso em seguida, mas ele não é referência. Agora, para vocês, a gente

precisa ter uma política que garanta que as escolas possam ter o suporte da SMED, para a gente garantir, seja o profissional de apoio à inclusão para o estudante que precisa desse profissional de apoio à inclusão... E aí eu concordo com o secretário que tem muitas decisões judiciais dentro dessa lógica de que o médico vai dizer o que é a necessidade educacional de um estudante, que, muitas vezes, ele só viu uma vez na vida, porque eu recebo vários, eu recebo aluno meu que precisa de monitor exclusivo. E eu fico perguntando: para quê? Para quê? Para gerar uma involução?

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Então, eu sei que tem esses casos. Agora, nós temos também aqueles que precisam, e os que precisam têm que ter o seu direito resguardado. Então, a gente precisa dar conta de a SMED produzir essa política, garantindo as condições de suporte para a rede, para a gente acabar com essa relação abusiva, que é o tema da educação especial. A gente já falou aqui, a rede parceirizada tem uma relação, na verdade, que ela é parceira da SMED, e a SMED não é parceira dela. Então, a gente tem uma relação que nem aquele namorado que trai, a gente tem que mudar essa lógica, e não é só no tema da educação especial, é em todos na parceirizada, vocês precisam ter apoio de verdade. Parceria é parceria.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Então, acho que esse é o ponto, Lu, que acho que tem que apontar. Essa relação de suporte de a SMED se responsabilizar é importante. E é importante que a gente também atue junto da defensoria, num diálogo SMED/defensoria/rede, própria e parceirizada, com o tema da produção diagnóstica. Porque eu achei muito importante o que a doutora falou dessa questão da garantia...

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Para concluir, Ver.^a Juliana.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): ...de diagnósticos que não sejam só uma produção padronizada. E isso a gente também tem que enfrentar, a medicalização da vida e a produção diagnóstica. Isso também tem que ser tema aqui, porque isso está lá nas nossas escolas, na própria e na parceirizada. Então, acho que é outro tema que a gente poderia seguir dialogando. Quero agradecer e dizer que acho que é importante a gente já agendar essa nova reunião de retorno do secretário. Muito obrigada.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Ver.^a Juliana. Dra. Paula, para suas considerações finais. Pode ser em três minutos, doutora?

SRA. PAULA SIMÕES DUTRA DE OLIVEIRA: Sim, na verdade, é muito rápido. Eu fiz só alguns apontamentos. Só gostaria de deixar registrado que, na verdade, é o seguinte: um ambiente educacional saudável passa por uma qualificação dos profissionais que atendem, especialmente as questões relacionadas à inclusão. Então, aqui nós estamos falando da necessidade de que toda a comunidade escolar esteja preparada para receber os alunos de inclusão. É uma realidade. Nós temos hoje um espectro muito amplo. Nós temos um aumento, sim, do número de diagnósticos, essa é uma realidade, inúmeros fatores contribuem – questões genéticas, questões alimentares, questões climáticas. Os diagnósticos, os padrões de diagnóstico mudaram também. Então, a inclusão é uma realidade que nós precisamos ter muito presente e trabalhar com questões que façam com que esses alunos se sintam pertencentes a esse ambiente. Então, a qualificação desses profissionais que vão atender esses alunos, dentro e fora de sala de aula... É importante que se diga o seguinte: cada aluno é único. Nós não temos essa regra de um profissional para um estudante. Nós vamos analisar caso a caso. Então, nós precisamos ter muito presente essa necessidade de promover a inclusão de uma forma saudável. Eu vim agora, do início da tarde, de um evento relacionado ao debate sobre *bullying* e *cyberbullying*. Recentemente, na

Defensoria Pública, nós tivemos um debate a respeito do autismo. A doutora Marta Hemb, que é uma neuropediatra com bastante atuação na área do autismo, disse que os alunos de inclusão, os alunos com transtornos do neurodesenvolvimento são aqueles que sofrem *bullying*. E os alunos que sofrem *bullying* são aqueles que acabam se agredindo ou agredindo os outros. Então, é uma questão que nós precisamos tratar. Nós não podemos virar as costas e fechar os olhos para essa realidade. A questão do diagnóstico, da recomendação, por óbvio que a recomendação vai ter que ser com um profissional especializado, um profissional da área da pedagogia, psicopedagogo. Não é uma questão que se relacione com uma área de saúde. Na área de saúde, nós vamos ver outras questões relacionadas a terapias. A questão educacional vai ser tratada em um ambiente escolar. Então, eu fico muito satisfeita com os desdobramentos, eu acho muito importante que as escolas sejam ouvidas. Vocês precisam trazer as dificuldades que vocês enfrentam no dia a dia. O Lino e a Carol, nós conversamos com frequência. Eu tenho essa política de ouvir. A Defensoria Pública tem essa política de ir até a comunidade e entender as questões. E nós não estamos separados, nós estamos juntos. Que bom que houve essa proposta aqui e que bom que estamos todos caminhando na mesma direção. É isso que nós precisamos. Nós precisamos incluir, nós precisamos construir um ambiente de acolhimento, porque o que acontece nas escolas é o que vamos ter na nossa sociedade. Muito obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Dra. Paula, pontualíssima, três minutos.

Com a palavra a Sra. Érika, do Projeto Angelina Luz. A senhora tem três minutos.

SRA. ÉRIKA ROCHA DALLAVÉCCHIA: Boa tarde a todos e todas. Vou me apresentar rapidinho. Eu sou Érika Rocha, uma mulher autista, mãe de autista, presido também o Movimento Orgulho Autista Brasil no Rio Grande do Sul, e

estou à frente da Rede Gaúcha Pró Autismo no Rio Grande do Sul. Eu não vou citar leis, temos um advogado aqui, o presidente da Mesa, os demais vereadores. Mas poderia citar, porque foram citadas inúmeras vezes, a lei Berenice Piana, de 2012, mais o que antecede a essa lei também, nós temos a LDB, que, se a memória não falha, é de 1996, então, já bem antes. O que eu quero dizer para vocês, professores, que nós já estivemos até, inclusive, juntos em muitos movimentos, com os monitores, pedindo que os concursados fossem chamados para que essa terceirização que aconteceu através da ABS, onde são pessoas de ensino médio que recebem um mínimo de capacitação e são jogados lá dentro da escola, que mais atrapalham do que ajudam, infelizmente a realidade é essa. E, quando a gente diz que nós estamos na ponta da corda, nós, famílias também, as pessoas com deficiências também, somos nós que estamos lá na ponta da corda. Eu sempre disse que professores não são robôs e não são máquinas. Mas aquelas mães, as mães atípicas, as famílias atípicas, nós temos os nossos direitos violados todos os dias. Na educação, na saúde, assistência social, a gente não tem nenhuma, é zero. Eu quero pontuar algumas coisas. Quando a Marília perguntou onde estavam essas crianças, que até dois anos, três anos... Quero dizer para vocês: Onde é que estávamos nós, há dez anos? No manicômio, essas crianças estavam amarradas, tomando choque, sedadas, sendo violadas, estrupadas. Ali estavam nossas crianças. Ali estavam muitos de nós, jovens que não conseguiram ser adultos, presos em manicômios. E, graças a Deus, lá em 1975, quando o Leo Kanner fez a divisão da esquizofrenia para o transtorno de espectro autista, e aí os cientistas foram estudando, estudando, e nós estamos aqui, e sempre estivemos, através, graças a Deus, de poucos mas qualificados médicos e estudos que temos hoje. E, quando se fala de inclusão, a inclusão não é uma seta para a criança com deficiência, seja ela qual deficiência, a inclusão acontece para típicos e atípicos, dentro do mesmo ambiente, cada um com seu cada qual, porque separar típicos e atípicos é segregação e exclusão, que é crime. Isso é crime! Nossas crianças com autismo são capazes, sim, inclusive, a professora da minha filha, na semana passada, em uma conversa, disse – minha filha está no terceiro ano: “A Angelina

é a minha única aluna que lê e escreve, a única criança atípica da sala de aula". São capazes, sim, e eles não têm surto. Surto eu, mãe de uma criança que tem o direito dela violada e tenho que lutar todos os dias pelo mínimo de acesso. Eu surto, a minha filha não surta, ela desregula, porque a grande maioria dessas crianças, na educação infantil, que está lá com vocês, não tem acesso à intervenção terapêutica, que é um direito delas. Uma criança sem intervenção terapêutica é uma criança em sofrimento dentro da escola. Elas não surtam, surto eu, a mãe delas. Surto quando escuto pessoas dizerem que nossas crianças surtam. Elas vão bater, elas batem, porque elas desregulam e não têm assistência. São abandonadas pelo sistema. Nós sofremos abandonos e vocês sofrem também, porque vocês são abandonados também pelas secretarias da educação, porque a inclusão nunca vai ser a matrícula. A inclusão nunca vai ser... Onde é que estão as mães? Onde é que estão as mães? Somem, querem que as crianças fiquem... As mães que nem têm acesso ainda ao BPC, e quando recebem o BPC é troco para a gente que tem que pagar a terapia. Inclusive, na vinda para cá, eu estava ouvindo a sua fala sobre os laudos particulares. Sabe por que a mãe vai lá, faz empréstimo e se rasga para pagar uma consulta particular? Porque a gente morre no sistema Gercon esperando o neurologista pelo SUS. (Inaudível) Exatamente para mais. Então, laudos particulares não podem ser invalidados, porque aquela mãe fez um empréstimo, tirou de onde não tinha, fez vaquinha, fez o que fez para ter acesso, porque a gente cansa de ver os nossos filhos numa prisão domiciliar, entende? E aquela mãe quer sim, que aquela criança tenha a suportabilidade para estar dentro da escola, e a escola não tem o suporte por conta da Secretaria da Educação, a SMED, não coloquem esse peso na mãe e na criança. Estão aqui os responsáveis: Secretaria Municipal da Educação. Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Érika.

O Sr. Lino Morsch está com a palavra pelo Fórum de Entidades.

SR. LINO MORSCH: Só agradecer, principalmente, a participação das entidades por terem vindo até aqui, e dizer que esse momento foi muito rico. Então, quero agradecer também à comissão por oportunizar esse debate, e fazer um pedido para a SMED, que é o seguinte: a gente apresentou o início de uma proposta, mas que a gente possa continuar essa proposta, continuar essa discussão em conjunto, que o secretário não resolva sozinho, por favor, porque aqui, no coletivo, é que realmente a riqueza... Então, nós estamos à disposição, o Fórum de Entidades, para compor, porque ali é o início, é o início de uma proposta, mas a gente quer continuar essa caminhada juntos. Obrigado.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Lino. A Sra. Carol Aguirre está com a palavra pelo CMDCA.

SRA. CAROLINA AGUIRRE DA SILVA: Como o Lino disse, eu acho que a tarde de hoje não se fecha aqui, pelo contrário, eu acho que nós vamos ter que, sim, a partir da proposta, que é uma proposta audaciosa ainda, mas a gente tentou trazer profissionais voltando ao recurso, mas não é só nem profissionais e não é nem só recurso. Que bom, Érika, que tu está aqui, que bom, que bom que tu está aqui para nos trazer também o chão e nos trazer, na verdade, o olhar que, muitas vezes, a gente esquece. A gente acaba, que nem eu brinco: a gente liga o carro, bota na primeira, vai para a quinta marcha... Só apagando incêndio diário. E, da mesma forma que vocês apagam como mães, e como disse a vereadora, a Dra. Paula também falou, muitas vezes a mãe solo, muitas vezes uma mãe em que recebe, ou uma família que recebe, vive de um salário mínimo, em que eu sempre digo assim: parabéns, porque paga aluguel, compra alimentação, a criança está perfeitamente vestida, roupas boas, e ainda tem recurso para fazer isso, para fazer aquilo, e eu digo assim: olha, parabéns. Acho que isso é uma questão que a gente sempre tem que trazer para que a gente possa estar vendo a realidade das famílias. Lógico que tem situações e situações, e a gente também tenta sempre, e aí, junto com a Defensoria, com o centro tutelar, com o CMDCA, fórum, a gente tenta, e acho que aí entra a rede de apoio mais do que

nunca, para a gente trabalhar naquelas famílias que realmente não conseguem. Temos famílias nas instituições em que muitas vezes a criança, por exemplo, tenho uma na minha instituição em que a criança está com cinco anos, entrou agora no Jardim B. É o primeiro ano dele na escola, primeiro ano dele há dois meses, acho que eles têm laudo. Então, olha o tempo que perdemos; perdemos um momento rico de investimento nessa criança. Eu trago o que a Dra. Paula falou lá no início, é precocemente que a gente trabalha com essa criança, é na educação precoce, é no desenvolvimento diário de uma escola de educação infantil. Nós, aqui enquanto escola, somos hoje 224 escolas parceirizadas com a Prefeitura. E eu ousou dizer sempre que nós fazemos um serviço ainda melhor que as EMElis. E, além disso, mesmo talvez ainda não remunerando o professor como deveria, não recebendo o recurso como deveríamos e, principalmente, também não tendo as formações em que deveríamos. A formação tem que ser continuada para os presidentes, para os diretores, para os professores, para o porteiro que abre a porta. Então, para que todos nós possamos fazer uma fala de direitos, de deveres, mas para que todo mundo possa andar na mesma linha. Eu acho que uma questão muito importante também é a gente falar, que a Ver.^a Grazi falou, de que nós, enquanto CMDCA, nós queremos, Ver.^a Grazi, cada vez mais estar próximos do CME, Conselho Municipal de Educação. Nós já tivemos vários GTs em conjunto, nós já tivemos vários momentos em que a gente pôde estar construindo de forma mais próxima realmente.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Um minuto.

SRA. CAROLINA AGUIRRE DA SILVA: E também nós nos entendemos como escola de educação infantil. Apesar de, muitas vezes, o nosso discurso ainda sair um pouquinho, sai, às vezes, um pouquinho atrapalhado. Mas nós nos entendemos como escola de educação infantil e fazemos o melhor também para a educação infantil. Eu só trago que estes profissionais, às vezes, o professor, quanto o cozinheiro, ou qualquer profissional daquela equipe, hoje nós temos uma NR 01, em que ela está vindo para que a gente possa também estar

cuidando deste profissional do lado da saúde mental dele. Então, muito eu me preocupo com este profissional lá na sala, ou lá na cozinha, ou lá quando uma criança não surta, mas ela se desorganiza. Mas essa criança desorganiza, muitas vezes, toda a escola, porque ela precisa, naquele momento, de ajuda, e às vezes, a criança não escolhe o professor, ela escolhe a cozinheira. E a cozinheira sai lá da cozinha, larga as panelas, larga tudo, e vai lá auxiliar aquela criança. É esse o grande barato que eu acho da educação infantil nas escolas. É o vínculo, porque ela escolheu, ela escolheu aquela pessoa. Então, isso a gente tem muito na educação infantil, nas ECEIs e nessas instituições em que estão aqui hoje. Muito obrigada. E eu acredito que a gente tenha que, sim, fazer a continuação dessa reunião, logo, para que a gente possa não deixar para muito longe.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, presidente Carolina. Pela SMED, então, a nossa querida Luciane Xavier.

SRA. LUCIANE XAVIER: Meu nome é Luciane Xavier. Eu sou assessora da SMED, mas, antes de ser assessora da SMED, eu sou professora, professora de periferia. Fui professora da Brenda, uma advogada linda, filha da Érika. E eu convivo muito nas escolas, gosto muito de escola, gosto muito de criança e gosto muito de aprender em todos os níveis. Então, vou resumir aqui que vou levar todas as manifestações para o secretário. E acredito, sim, que uma educação inclusiva tem que ser inclusiva mesmo. Como tu falastes, do porteiro, da merendeira, da professora, do diretor, todo mundo é professor, todo mundo é educador, todo mundo tem que acolher essas crianças. Então, sou uma amiga de vocês, de longa data já, e, qualquer coisa que precisar, podem contar comigo.

PRESIDENTE RAFAEL FLECK (MDB): Obrigado, Luciane. Sempre é um prazer ter a sua presença aqui na Comissão de Educação e também nos auxiliando lá na secretaria. Eu queria fazer um agradecimento especial aos meus colegas vereadores, à defensora Paula, à Érika, à nossa querida Carol Aguirre,

presidente do CMDCA, ao Lino, presidente do Fórum, à Lu, e dizer que essa reunião foi muito importante hoje para a gente estabelecer um debate inicial com a secretaria a respeito de um problema que, em cima das decisões judiciais, vem ocasionando algum desconforto entre as entidades, Érika e a SMED. Então, esse prazo que o secretário deu de 45 dias para o retorno dos apontamentos da nossa reunião também é um marco muito importante. Eu queria já, de imediato, solicitar à presidência do Fórum uma reserva nesse espaço de uma pauta lá no Fórum de Entidades, para, então, a gente fazer uma reunião em conjunto com o secretário, a Defensoria Pública, o Ministério Público e demais agentes da comunidade escolar, para, então, que a gente consiga chegar a um denominador comum e que a gente consiga realmente realizar a inclusão, Érika. Acho que isso é muito importante. É uma pauta, eu iniciei, tu não estava aqui, mas eu disse que aqui não se está discutindo se a inclusão deve acontecer ou não. Ela tem que ser efetiva, Dra. Paula. Então, conte com a Comissão de Educação e já fica, então, essa missão para o Lino reservar uma data e, com certeza, vamos ter boas notícias daqui a 45 dias. Muito obrigado. Está encerrada a reunião ordinária da Comissão de Educação.

(Encerra-se a reunião às 16h25min.)